

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM  
ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

Juliana Jorge do Prado

**SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
PÚBLICAS E PRIVADAS: PERCEPÇÃO, ATITUDE E  
COMPORTAMENTO DOS COLABORADORES**

Goiânia  
2017

JULIANA JORGE DO PRADO

SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
PÚBLICAS E PRIVADAS: PERCEPÇÃO, ATITUDE E  
COMPORTAMENTO DOS COLABORADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Bento Alves da Costa Filho.

Gestão Integrada de Mercados

Goiânia – GO  
PPMA - UNIALFA  
Outubro/2017

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

JULIANA JORGE DO PRADO

### **SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E PRIVADAS: PERCEPÇÃO, ATITUDE E COMPORTAMENTO DOS COLABORADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em: 21 de outubro de 2017.

Orientador:

---

Bento Alves da Costa Filho - UNIALFA

Examinador:

---

Alcido Elenor Wander – UNIALFA

Examinador:

---

José Gaspar Nayme Novelli - IBMEC Brasília

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço àqueles que despertaram em mim a ideia de que tenho capacidade para continuar meus estudos, independentemente de fatores externos. Por me fazerem acreditar que é possível. Em especial, agradeço ao meu marido, que sempre me deu suporte em minhas escolhas, e zelou tão bem dos nossos filhos enquanto estive ausente. Agradeço aos meus pais e irmãs, que dividiram esta responsabilidade de cuidar dos meus bebês nesse período, e acompanharam os seus primeiros passos, os quais não pude presenciar. Por fim, agradeço a Deus, por me permitir mais esta experiência, sendo tão bem amparada por todos a minha volta.

“...os erros na nossa maneira de lidar com a Mãe Natureza podem, hoje em dia, ter conseqüências inesperadas muito maiores, pois muitas das novas tecnologias nos dão mais poder, sem necessariamente nos dar mais sabedoria.”

Albert Gore

## RESUMO

Sendo o planeta uma fonte finita de matérias primas necessária ao desenvolvimento e à sobrevivência da humanidade, e o homem um consumidor inesgotável, e por diversas vezes irresponsável no consumo de tais itens, surge a partir daí estudos que buscam compreender e conscientizar a sociedade da necessidade de um comportamento equilibrado para com o meio ambiente. Diante desta realidade ecológica e com empresas cada vez mais competitivas, um grande diferencial começa a ser notável: a responsabilidade socioambiental. A implantação de programas dessa natureza dentro das empresas depende de outros fatores para lograr êxito, como programas adequados, contextualizados e bem instituídos; mensuração de resultados; envolvimento dos colaboradores, dentre outros. Nessa busca por uma perspectiva melhor para o futuro, surge o interesse pelo estudo do comportamento e da percepção apresentados por funcionários de diferentes Instituições bancárias frente ao desenvolvimento sustentável, diante das políticas já instituídas nas empresas. Este processo foi realizado por meio de um estudo exploratório, que teve como instrumento a aplicação de questionários, para posterior utilização dos dados na realização de um comparativo entre Instituições Financeiras públicas e privadas. Os resultados apontam para uma melhor percepção por parte dos empregados de Instituições privadas, com maior predisposição para uma conduta ecologicamente correta no ambiente institucional, e comportamentos mais próximos do objetivo das políticas implantadas.

Palavras chaves: Meio ambiente; Responsabilidade socioambiental; Desenvolvimento sustentável.

## **ABSTRACT**

Considering as the planet is a finite source of raw materials necessary for the development and survival of mankind, and man is an inexhaustible consumer, and often irresponsible in the consumption of such items, there arises from that studies that seek to understand and make society aware of necessity of a balanced behavior towards the environment. Faced with this ecological reality and with companies becoming more competitive, a great differential begins to be remarkable: the socio-environmental responsibility. The implementation of such programs within companies depends on other factors for success, such as adequate, contextualized and well-established programs; measurement of results; involvement of employees, among others. In this search for a better perspective for the future, there is interest in the study of the behavior and perception presented by employees of different banking institutions in relation to sustainable development, in view of the policies already instituted in companies. This process was carried out by means of an exploratory study, which had as instrument the application of questionnaires, for later use of the data in the accomplishment of a comparative between Public and private Financial Institutions. The results point to a better perception on the part of the employees of private institutions, with a greater predisposition to ecologically correct behavior in the institutional environment, and behaviors closer to the goal of the implemented policies.

**Keywords:** Environment; Environmental responsibility; Sustainable development.

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Relação de pesquisas com colaboradores que embasaram o estudo.....	56
---	----

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Perfil Geral Bancos Públicos.....	66
Tabela 2 – Perfil Geral Bancos Particulares.....	67
Tabela 3 – Indicadores da postura responsável ambientalmente das Instituições .....	68
Tabela 4 – Percepção dos funcionários sobre a postura responsável ambientalmente das Instituições Financeiras.....	70
Tabela 5 – Atitude apresentada pelos funcionários das Instituições Financeiras frente à Responsabilidade socioambiental.....	72
Tabela 6 – Comportamento apresentado pelos funcionários das Instituições Financeiras frente à Responsabilidade socioambiental.....	73



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4 ESTRUTURA.....	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	15
2.1.1 HISTÓRICO.....	19
2.1.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	22
2.1.3 PRINCÍPIOS.....	30
2.1.4 REGULAMENTAÇÃO.....	31
2.1.5 RETORNO FINANCEIRO E SOCIAL.....	35
2.2 SETOR BANCÁRIO.....	40
2.2.1 SUSTENTABILIDADE E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	41
2.2.2 DISPONIBILIZAÇÃO / DIVULGAÇÃO.....	44
2.3 DA PERCEPÇÃO AO COMPORTAMENTO.....	48
2.4 A PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES ORGANIZACIONAIS.....	56
3. METODOLOGIA.....	62
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	62
3.2 POPULAÇÃO.....	62
3.3 PROCEDIMENTOS.....	62
3.4 INSTRUMENTOS.....	63
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	65
4.1 DADOS.....	65
4.1.1 PERFIL.....	66
4.1.2 PERCEPÇÃO.....	68
4.1.3 ATITUDE.....	71
4.1.4 COMPORTAMENTO.....	72
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXOS – PRINCÍPIOS.....	85
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA.....	92

## 1. INTRODUÇÃO

O progresso tecnológico em diferentes áreas contribuiu muito para o bem estar da sociedade, a qual por sua vez apresentou um grande crescimento demográfico nas últimas décadas. Porém, esse desenvolvimento agregado ao crescimento populacional tem comprometido a qualidade de vida das pessoas com probabilidade de agravamento num futuro próximo.

Caso o desenvolvimento não seja planejado e construído pautado nas diretrizes ambientais que vêm sendo estabelecidas em encontros mundiais organizados com essa temática, o planeta tende a apresentar consequências irreversíveis, conforme tem sido observado ao longo dos anos.

Diante dessa perspectiva, é imprescindível a busca por um desenvolvimento sustentável que alimente estratégias viáveis, resultados palpáveis e que seja de boa aceitação e adesão pelos indivíduos envolvidos em todo o processo.

Por ser o setor empresarial o maior responsável pelo desenvolvimento existente, seguindo também na contramão, como grande causador da depreciação do meio ambiente para atingir esse objetivo, é esperado que ele adote iniciativas para conter esse impacto negativo na natureza, sem que o progresso seja cessado.

Ocorre que, diversas empresas que abraçam a causa do desenvolvimento sustentável têm encontrado resistência por parte de seus empregados, no que diz respeito à mudança de comportamento. Existe uma dificuldade em alterar suas rotinas e dessa forma, acabam por ignorar essa realidade, tornando-se muitas vezes, um obstáculo para a organização ao invés de serem missionários da causa.

Nesse contexto, emerge o presente estudo, voltado para a análise do comportamento apresentado pelos funcionários de Instituições Financeiras diante de projetos ambientais e de sua percepção quanto ao posicionamento da Instituição frente à Responsabilidade social empresarial (RSE). O estudo se limita a um comparativo entre Instituições financeiras públicas e privadas, situadas na cidade de Goiânia.

São elencadas ainda as dificuldades encontradas por funcionários na adesão às políticas de sustentabilidade das Instituições, para que através disso, melhorias possam ser implementadas em busca do progresso sem a ocorrência de grandes prejuízos para meio ambiente.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Um dos diferenciais de competitividade adotado pelas empresas atualmente é o desempenho ambiental. Produzir, gerar lucros, sem que o meio ambiente seja prejudicado, pode causar percepções positivas de consumidores acerca da empresa.

Contudo, dentro das Instituições financeiras, o que se observa é a utilização de critérios ambientais para a concessão de crédito, mas nem sempre para a conduta interna do banco. A cultura organizacional não se apresenta tão importante perante os impactos que podem ser gerados ao se emprestar valores elevados a outrem.

Por ser a instituição financeira co-responsável pelo direcionamento dado pelas empresas dos valores advindos de empréstimos, o foco maior é o emprego responsável desse valor, de forma a garantir retornos para a empresa, retorno do montante disponibilizado à própria instituição e retornos sociais à população, em forma de conservação ambiental inclusive.

Ocorre dessa forma, pouco empenho nas políticas sustentáveis para o público interno dos bancos, o que por sua vez, ocasiona maior descaso por parte dos colaboradores no aspecto da preservação ambiental. E, mesmo com a implantação de políticas de preservação ambiental dentro das Instituições financeiras, há ainda a dificuldade de absorção destas pelos seus empregados.

A idéia de que a atividade bancária é pouco poluidora permeia o consenso de empregados e clientes nesse cenário.

Diversas medidas regulamentadoras têm sido criadas para preencher essa lacuna na realidade bancária. Todavia, é importante a realização de acompanhamento na implementação dessas políticas. Além do acompanhamento, a comparação entre diferentes Instituições pode revelar grandes descobertas.

De posse dessa certeza, questiona-se:

Frente à importância assumida pelas Instituições financeiras, no que diz respeito à preservação do meio ambiente, seus colaboradores absorvem as políticas instituídas pelas organizações para o desempenho de suas atividades diárias? Existem dificultadores para a eficácia destes programas?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 OBJETIVO GERAL**

Estudar o comportamento e a percepção apresentados por funcionários e empregados de diferentes Instituições Financeiras, diante das políticas existentes com vistas à sustentabilidade ambiental.

### **1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Observar a existência de políticas com vistas à sustentabilidade ambiental na organização, a partir da percepção de seus colaboradores, e a internalização destas no desenvolvimento de suas atividades;
- Observar qual o nível de conhecimento e a percepção que os funcionários apresentam sobre a Responsabilidade socioambiental da Instituição;
- Comparar o comportamento sustentável ambientalmente dos colaboradores, entre Instituições Bancárias Públicas e Privadas.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

Este trabalho se iniciou como forma de “contribuir para o preenchimento da lacuna existente de estudos sobre Responsabilidade Social Corporativa no contexto bancário, devido ao fato de este ser um setor que é usualmente excluído das análises realizadas na presente área de estudo” (ALMEIDA et al., 2015, p. 47).

Ciente de que “a ausência de um embasamento empírico traz à tona a fragilidade teórica sobre a qual assentam o posicionamento ambiental de grande parte das instituições financeiras brasileiras” (SANTOS E PORTO, 2014, p. 607), esforços foram envidados na produção deste estudo.

Por haver nas Instituições bancárias, frequentemente, setores e pessoas dedicadas à implantação de rotinas que viabilizem a sustentabilidade, é importante conhecer quais são as dificuldades encontradas para que programas eficazes sejam utilizados.

É fato que, cada vez mais as organizações buscam desenvolver suas atividades de forma a impactar menos o meio ambiente, sendo esta uma tendência mundial nos dias atuais.

Observa-se assim, que o desenvolvimento ambiental é um caminho sem volta, dada a limitação de matérias primas do planeta para o nível atual de produção/consumo mundial e a pressão social para resolução deste problema.

Todavia, para que resultados positivos sejam alcançados, é importante que existam estudos na área, políticas e práticas empresariais consolidadas e sistematizadas, mensuração de resultados, e acima de tudo, uma atuação conjunta de cada integrante do processo, o qual por sua vez acaba por envolver toda a sociedade.

“As mudanças que serão necessárias em termos de valores, de modelos produtivos e padrões de consumo configuram uma verdadeira revolução cultural” (AGENDA 21, 1995, p. 7).

Desde a década de 1960, já existem relatos de grande mobilização para alterar a cultura comportamental usual da população. Porém, mesmo após tanto tempo essa realidade ainda persiste, urgindo assim a necessidade de implantação de mudanças.

Cada um, com sua responsabilidade sobre o bem estar mundial, deve oferecer na mesma proporção o cuidado para a manutenção do planeta. Porém, todo esse processo demanda tempo, rotina, organização, conscientização e comprometimento.

Dessa forma, o setor bancário tem reavaliado o seu papel frente à sociedade e o seu relacionamento com a mesma. A imagem da instituição em foco motiva a adoção de medidas que mitiguem problemas socioambientais, de forma que a opinião pública promova melhorias internas.

Feitosa et al. (2014) em suas considerações acerca da pesquisa realizada sobre a Responsabilidade empresarial no setor bancário, sugerem a realização de outros estudos, que levem em consideração públicos relacionados a organização como colaboradores internos e externos. Os autores sugerem ainda:

[...] comparar os resultados encontrados nessa investigação com outras aplicações em contextos semelhantes (instituições bancárias de caráter público ou privado), no intuito de verificar discrepâncias ou convergências quanto às práticas de Responsabilidade Social Empresarial (FEITOSA et al., 2014, p. 25).

Para as Instituições, surge por meio deste estudo, a oportunidade de conhecer quais as dificuldades encontradas pelos servidores que impossibilitam avanços na transformação do comportamento, qual a visão que eles apresentam do posicionamento da empresa, bem como a realização de um comparativo entre o comportamento apresentado em diferentes Instituições.

Por terem as Instituições o intento de contribuir com a transformação do ambiente social e de preservação ambiental, torna-se importante a realização de estudos sobre os

indivíduos que compõem sua realidade, e a atuação e percepção de cada um diante dos impasses ambientais.

Em 1972, o Programa das Nações Unidas já alertava sobre a importância de conhecimento e comportamento adequado neste quesito:

Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem (PNUMA, 1972).

E ainda hoje, estes fatores se fazem necessários. Dessa forma, este estudo visa contribuir na busca por soluções para problemas de cunho ecológico de ordem mundial, bem como trazer maior efetividade em projetos existentes nas Instituições pesquisadas.

Ele faz um levantamento de como é o comportamento e a percepção dos servidores de Instituições Financeiras frente à responsabilidade ecológica empresarial, cujas agências estão situadas na cidade de Goiânia.

## **1.4 ESTRUTURA**

O presente estudo foi estruturado em capítulos, de forma a aprofundar sobre cada assunto especificamente.

O Capítulo 1 apresenta a introdução ao tema do estudo, o problema de pesquisa, seus objetivos e justificativa.

O Capítulo 2 traz a fundamentação teórica sobre sustentabilidade ambiental, responsabilidade social empresarial, inserção das instituições financeiras neste contexto e sobre percepção e comportamento dos colaboradores.

Os métodos de pesquisa qualitativo e quantitativo, utilizados na construção do trabalho e as análises dos dados e os resultados obtidos com a pesquisa, são relatados no capítulo 3.

O capítulo 4 por sua vez, apresenta as considerações finais do estudo e as conclusões da pesquisa.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Amplamente discutida na atualidade, a sustentabilidade ambiental tem ganhado destaque frente à urgência existente na mudança do comportamento social em busca de melhores condições de vida para a população. Diversos efeitos, resultantes da conduta humana inconsequente, são fortemente percebidos atualmente.

Essa conduta se deu por um longo período, mas esteve mais presente na sociedade industrial, onde “a ideia de produção de riquezas dominava a ideia de produção de riscos, e estes, apesar de se concretizarem regularmente em danos efetivos, não se anunciavam de modo suficientemente forte a ponto de subverter a lógica do sistema” (CAMPOS; ARDISSON, 2012, p. 95).

Porém, com o passar do tempo, esses danos enfim se anunciaram perante a sociedade. Schmidheiny (1992, p. 2) elucidou de forma contábil a situação do planeta ao declarar que: “aos recursos que os biólogos chamam de renováveis não se está dando tempo suficiente para sua renovação. No fundo, a espécie humana está tirando partido mais do estoque de capital do planeta do que dos seus rendimentos”.

Ao observar e monitorar tais resultados percebe-se que houve um comportamento omissivo na corrida desregrada pelo progresso. “A destruição então inerente à produção já não podia escapar aos olhos atentos de uma sociedade permanentemente alerta” (CAMPOS; ARDISSON, 2012, p. 93).

Esse estado alerta trouxe consigo a transformação na consciência coletiva dos indivíduos, ampliando a responsabilidade das organizações com aspectos que historicamente nunca lhes foram cobradas. Essa transformação modificou ainda o poder de influência na formação do subconsciente coletivo em um dado período (KELM et al., 2014, p. 404).

Assim, esses resultados preocupantes motivaram a busca por um processo de desenvolvimento que associasse o progresso necessário à população, sem que as condições de vida no planeta fossem extintas.

Blank e Brauner (2009, p. 262) relatam que: “a sustentabilidade ambiental ganhou forma a partir da percepção dos inúmeros malefícios oriundos da atividade antrópica, resultantes de uma sociedade industrializada pautada no consumo desmedido”.

Partindo desse pressuposto, um dos principais intuitos da sustentabilidade ambiental foi apresentado por Meadows et. al (1972, p. 83), e consistia em “aumentar a população proporcionando-se mais alimentos, bens materiais, ar puro e água para cada pessoa”.

A CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 46) por sua vez, defendeu o progresso aliado a manutenção do ecossistema, nomeando-o como desenvolvimento sustentável: “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

De forma mais detalhada, o princípio geral da Sustentabilidade ambiental pode ser descrito ainda como:

A priorização do uso de recursos naturais renováveis, pesquisa, desenvolvimento e utilização de tecnologias menos poluidoras, conservação e reciclagem de recursos e energia, legislação efetiva de proteção ambiental, controle, mitigação e compensação dos impactos ambientais negativos, educação ambiental (GARCIA et al., 2007, p. 536).

A base proposta pelo pensamento ambientalista em si, preconiza uma alteração na forma de regulação da sociedade e da economia, possibilitando uma harmonização entre o desenvolvimento e a proteção ambiental (BLANK; BRAUNER, 2009, p. 262). Dessa forma, a mudança se mostra necessária em todos os aspectos, na conduta individual, organizacional, cultural e regulamentadora.

Com tamanha abrangência, Garcia et al. (2007, p. 535) afirmam que a partir da divulgação do relatório Nosso Futuro Comum, “planejar o desenvolvimento passou a significar a consideração simultânea das três dimensões da sustentabilidade: social, ambiental e econômica”.

Já Ipiranga et al. (2011, p. 13) em referência ao relatório, afirmam que mesmo “não apresentando um construto facilmente operacionalizável, suas linhas mestras revelam uma idéia-força que estabelece um contrato entre gerações”, transmitindo uma noção de dificuldade na execução, porém de necessidade e longa duração até a obtenção de êxito em seus resultados.

Contudo, apesar de nobre, o motivo para mudanças comportamentais esbarra em fatores mais complexos quando é colocado em prática. Meadows et al. (1972, p. 65) mencionam que “as opções são particularmente difíceis neste caso, porque implicam a escolha entre benefícios presentes e benefícios futuros”. Há que se levar em consideração que a obtenção dos benefícios no presente não garante seu usufruto no futuro.

Diamond (2009, p. 24), porém, acredita que esta dificuldade não é tão pontual e acompanha o homem há tempos: “O manejo de recursos ambientais de modo sustentado



*sempre* foi difícil, desde que o *Homo sapiens* desenvolveu a inventividade, a eficiência e as habilidades de caçador há uns 50 mil anos”.

Ocorre que a dificuldade existente não se limita à aplicação, mas também ao entendimento, ou a “existência de múltiplos entendimentos do conceito em si” (RUFINO et al., 2014, p. 7).

A própria definição do que é sustentabilidade se constitui como um fator que contribui para a dificuldade de operacionalizar o conceito, [...] de tão genérica, a expressão, por vezes, desperta a descrença em sua viabilidade, já que a abrangência do conceito apresenta uma dificuldade intrínseca (IPIRANGA et al. 2011, p. 14).

Presume-se que a sustentabilidade apresenta interpretações positivas, quando relacionada com estratégias que reforçam um modelo de melhoria nos padrões de crescimento econômico em harmonia com o meio ambiente; e negativa quando retrata “a estratégia falaciosa para a manutenção da lógica dominante do mercado capitalista e do consumo centrado no crescimento econômico” (SILVA; LOPES, 2014, p. 79).

Talvez por ser essa uma expressão aparentemente complexa, diversas pessoas ainda apresentem uma visão distorcida não apenas de sua definição em si, mas também do seu real significado em relação ao planeta.

Diamond (2009, p. 502) relata um questionamento recebido, o qual induz a uma reflexão sobre a percepção enganada que muitos detêm: “se, caso ainda houver gente na Terra daqui a 100 anos, essas pessoas ficariam atônitas com nossa atual cegueira, como hoje ficamos atônitos com a cegueira dos pascoenses?”.

Mas, há aqueles que estão atentos ao potencial da conduta humana para com o planeta. A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, por exemplo, esclarece que:

O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca (PNUMA, 1972).

Mas apesar desse poder de transformação adquirido, a mudança tal qual o homem coordenou, não aconteceu de forma tão benéfica. Campos e Ardisson (2012, p. 93, grifo do autor) afirmam que “novas tecnologias eram criadas, à medida que o planeta se tornava, cada vez mais, um *lixão* onde se despejavam os restos e resíduos tóxicos e inservíveis dos processos produtivos”.

Ciente do poder da tecnologia atual é possível conduzir as transformações causadas ao meio ambiente de forma que possa ser aproveitada a oportunidade de conhecer os danos

ocasionados ao longo dos anos para manutenção de sua existência. “O passado nos oferece um rico banco de dados com o qual podemos aprender, e continuar a ser bem-sucedidos” (DIAMOND, 2009, p. 17).

Um passo importante e indispensável é estimular o processo de conscientização individual e coletivo, por meio de comportamentos que estejam em conexão com o passado presente e futuro, pois pequenas atitudes podem desencadear grandes comportamentos (SILVA; LOPES, 2014, p. 89).

Esse cenário de grandes impactos ambientais tem causado preocupação para muitos estudiosos, os quais têm buscado conscientizar e motivar a população, as empresas e os governos a se envolverem com a causa. Foram a partir de tais preocupações que surgiram diversos estudos, inúmeros encontros e tantos movimentos pela vida do planeta.

A Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, apresenta em si um clamor realístico e sensível aos fatos quando diz:

[...] as crianças do mundo nos disseram, numa voz simples porém clara, que o futuro pertence a elas e, em conseqüência, instaram todos nós a assegurar que, por meio de nossas ações, elas herdarão um mundo livre da indignidade e da indecência causadas pela pobreza, pela degradação ambiental e por padrões de desenvolvimento insustentáveis (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002).

Uma ferramenta que tem se destacado na busca pela alteração desse panorama é a educação Ambiental. Sua utilização deve ser voltada para “a minimização da cultura do consumo exacerbado” (BLANK; BRAUNER 2009, p. 273).

Se essa Educação for introduzida ainda na infância, grandes são as chances desses valores se propagarem. “No momento em que o indivíduo cresce valorizando e respeitando o meio ambiente, fazendo com que essas ações façam parte dos seus valores e crenças, ele provavelmente repassará isso a sua família e assim sucessivamente” (FREITAS et al., 2012, p. 1671).

Todavia, é preciso que seja dado o primeiro passo, onde a “família e os professores devem ser os introdutores e condutores da educação para preservar o meio ambiente” (FREITAS et al., 2012, p. 1671).

Contudo, a educação ambiental não há de ser suficiente caso não seja associada à criticidade necessária. O “homem deve examinar a si próprio – seus objetivos e valores – tal qual o faz com relação ao mundo que procura mudar. A dedicação as duas tarefas deve ser infinda” (MEADOWS et al., 1972, p. 192).

Dessa forma, a possibilidade de vida confortável e harmoniosa, com estrutura e suprimentos adequados para isso, sem que seja necessário que a população necessite ter sobrevida diante da falta de recursos, torna-se o significado maior da mudança.

O homem deve fazer constante avaliação de sua experiência e continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. [...] a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência (PNUMA, 1972).

Diante dos fatos e das possibilidades que se vislumbram frente ao progresso sustentável, acredita-se que “danificar o meio ambiente é considerado algo moralmente condenável” (DIAMOND, 2009, p. 23). Sendo assim, “posturas éticas são imprescindíveis para a efetiva responsabilidade universal compartilhada, por meio de condutas responsáveis de todos os agentes: indivíduos, empresas, organizações, governos e organizações não governamentais” (SILVA; LOPES, 2014, p. 82).

Como o ser humano é a força motriz que move a engrenagem da preservação ambiental, “pouco adiantará tecnologias de controle ambiental de última geração se as pessoas não redefinirem o seu comportamento quanto ao consumo e ao uso desordenado dos recursos naturais” (MEDEIROS, 2012, p. 19). Isso porque, os “indivíduos são responsáveis pelas escolhas que fazem ao longo do trajeto, bem como com os efeitos benéficos e maléficos de suas ações” (SILVA; LOPES, 2014, p. 89).

Em suma, o poder de transformação do meio ambiente está nas mãos dos homens, seja pra bem ou pra mal.

### **2.1.1 HISTÓRICO**

No final do século XIX e início do século XX, o panorama encontrado era de produtos e métodos produtivos perigosos, insumos poluentes e danos constantes causados a trabalhadores, consumidores e ao meio ambiente em geral. Tudo isso em uma ordem econômica dominada pela busca incessante do lucro inconsequente (CAMPOS; ARDISSON, 2012, p. 90).

Em 1936, Winston Churchill, político britânico, apresentou ao mundo sua preocupação com o meio ambiente em um de seus discursos, alertando para as consequências da conduta humana.

Anos mais tarde, Meadows et. al (1972, p. 188 ) reforçaram essa urgência ao relatarem a complexidade da situação naquele dado momento, reflexo das múltiplas atividades desenvolvidas pelo homem, onde nenhuma combinação de medidas e expedientes puramente técnicos, econômicos ou legais, poderia produzir melhoras substanciais.

Em abril de 1968, um grupo de aproximadamente trinta pessoas oriundas de dez diferentes países, com distintas atuações profissionais, como cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais, funcionários públicos, reuniram-se na Accademia dei Lincei, em Roma. Esse encontro foi planejado pelo Dr. Aurélio Peccei, empresário industrial italiano e ocorreu para que discutissem sobre os dilemas da época e o futuro da humanidade.

Deste encontro nasceu o Clube de Roma, uma organização informal que tinha por finalidade à época, proporcionar uma maior compreensão do sistema global, de forma a promover novas iniciativas e planos de ação, para transformações necessárias.

Com o despertar da preocupação com a natureza e com a semente da responsabilidade socioambiental germinando, após alguns encontros, esse Clube delimitou seu primeiro projeto, cujo objetivo era:

[...] examinar o complexo de problemas que afligem os povos de todas as nações: pobreza em meio à abundância; deterioração do meio ambiente; perda de confiança nas instituições; expansão urbana descontrolada; insegurança de emprego; alienação da juventude; rejeição de valores tradicionais; inflação e outros transtornos econômicos e monetários (MEADOWS et al., 1972, p. 11).

No ano seguinte, em 1969, U Thant, então 3º Secretário-Geral das Nações Unidas, ao realizar um discurso, traz a tona essa preocupação social, que até então, ainda não havia sido abordada tão abertamente na época.

Não desejo parecer excessivamente dramático mas, pelas informações de que disponho como Secretário-Geral, só posso concluir que os membros das Nações Unidas dispõem talvez de dez anos para controlar suas velhas querelas e organizar uma associação mundial para sustar a corrida armamentista, melhorar o ambiente humano, controlar a explosão demográfica e dar às tentativas de desenvolvimento o impulso necessário (apud MEADOWS et al., 1972, p. 13-14).

Essas manifestações demonstraram a existência da preocupação com o futuro da sociedade e culminaram em um grande esforço na conscientização da população sobre a problemática ecológica existente no mundo, surgindo a partir daí diversas organizações e eventos com a temática de preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental.

Em junho de 1972, aconteceu em Estocolmo na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Nela foram abordados temas como a poluição e os recursos naturais, apresentando a problemática ambiental como uma prioridade a ser resolvida pelos governos de cada país. Contou com a presença de representantes de 113 países e mais de 400 organizações governamentais e não governamentais.

Surge como resultado um primeiro documento político, chamado Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, o qual norteará diversas outras atividades e encontros com a proposta de preservação ambiental.

Na década de 1980, houve um aumento significativo de conscientização desses fatores. Em 1982 a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Carta Mundial da Natureza, a qual buscava, em suma, realizar:

A manutenção da paz e segurança, o desenvolvimento de relações amistosas internacionais entre as nações e à realização da cooperação internacional na resolução de problemas internacionais de caráter econômico, social, caráter intelectual ou humanitário técnico cultural [...] (CARTA MUNDIAL PARA A NATUREZA, 1982).

Em 1983, a Organização das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Ela avaliava questões críticas em relação à degradação do meio ambiente, buscando soluções realísticas, além de conscientizar e orientar a população sobre as mudanças necessárias.

Em 1985 houve a primeira publicação da medição do buraco da camada de ozônio e a criação da Convenção de Viena para a sua proteção.

Em 1987 a CMMAD publicou o relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, o qual apresenta para o mundo a definição do Desenvolvimento sustentável, indispensável à sobrevivência do planeta.

Em junho de 1992, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente conhecida como Eco-92. Ela reuniu, no Rio de Janeiro, representantes de diversos países, com o objetivo de debater os problemas ambientais do planeta e na busca por medidas que promovessem o desenvolvimento sustentável, os quais criaram a Convenção sobre Diversidade Biológica CDB, e aprovaram a Agenda 21 Global.

A Agenda 21 foi um instrumento utilizado para a realização de planejamento do desenvolvimento sustentável em cada país. De 1996 a 2002 o Brasil desenvolveu a sua Agenda 21 Brasileira, contando com a participação de aproximadamente 40.000 pessoas para sua elaboração.

A partir daí, surgiram em algumas regiões a criação da Agenda 21 Local, que abrangia um determinado estado, ou uma cidade, bairro, ou até mesmo o ambiente empresarial. Todo esse processo originou a Declaração do Milênio, que em parceria com a Agenda 21, defende com afinco o desenvolvimento sustentável.

Em 1998, foi assinado o Protocolo de Quioto, que apresentava em suma, compromissos mais rígidos para a redução dos gases que agravam o efeito estufa. Antes de entrar em vigor, foi necessário que países desenvolvidos que faziam parte da Convenção, e que fossem responsáveis por pelo menos 55% da produção de dióxido de carbono em 1990, o ratificassem.

Em 2002, aconteceu em Johannesburgo a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que aferiu os progressos existentes desde a Eco-92, ocorrida dez anos antes.

Em 2012, ocorreu no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, após 20 anos desde a Eco-92. O evento contou com a participação de 193 nações, sendo considerado o maior já realizado pelas Nações Unidas, também conhecido como Rio+20.

Essa conferência contou ainda com uma participação recorde do setor empresarial, onde representantes de diversas empresas estiveram presentes para se comprometerem com os objetivos do evento.

### **2.1.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Levadas por um movimento social contínuo, em virtude da destruição ambiental causada ao longo dos anos, empresas têm se readequado à nova realidade instaurada. “A degradação de ambiente está colocando as organizações diante do desafio e da necessidade de redefinirem suas prioridades e seus valores” (MEDEIROS, 2012, p. 19).

Essa mudança no cenário empresarial se dá como consequência da compreensão do poder de mercado que a sociedade exerce sobre as organizações, tornando-se assim uma pressão social sobre estas, para a adoção de práticas responsáveis socialmente (FEITOSA et al., 2014, p. 15).

Dessa pressão exercida, surge a Responsabilidade Social Empresarial – RSE, também conhecida como Responsabilidade Social Corporativa – RSC, ou Responsabilidade Social Ambiental – RSA.

Tais práticas têm sido utilizadas pelas organizações como uma forma de se comprometer com a sociedade local, assumindo suas ações e consequências destas. Esse compromisso, melhora sua imagem e torna-se uma vantagem competitiva para as mesmas.

No entanto, há algumas resistências para a implantação da nova rotina empresarial, visto que o “discurso e a prática da RS surgem num contexto em que as empresas detinham

liberdade total para agir, com algumas restrições no interior de suas fronteiras” (BAGNOLO, 2010, p. 411).

Porém, o período de maior visibilidade social das empresas foi também o de maior cobrança por parte da sociedade. Momento este, em que se exigiu uma postura socialmente mais responsável e ética do empresariado. Dessa forma, a Responsabilidade Social adentra ao debate público e, paulatinamente, torna-se uma obrigação social das empresas (VÉRAS, 2009, p. 19).

Assim, mobilizada, a opinião pública passa a exigir dos diferentes atores um combate às prováveis causas do aquecimento global, implicando a construção de uma agenda focada no problema, clamando por mudanças de atitudes não só individuais e dos Estados nacionais, mas principalmente empresariais (CRUVINEL, 2008, p. 50).

Nesse cenário de mudanças no ambiente empresarial, Medeiros (2012, p. 14) esclarece que “a gestão ambiental surge como instrumento essencial, guiando as organizações na busca pela adoção de uma política de controle, prevenção e recuperação ambiental a fim de compatibilizar crescimento econômico com preservação ambiental”.

Todavia, os programas de Responsabilidade Social Empresarial, não devem se limitar apenas à prevenção e recuperação ambiental. Feitosa et al. (2014, p. 15, grifo do autor), orientam que “além das questões ambientais, deve-se considerar a RSE, envolvendo a atenção e cuidado com funcionários e fornecedores, a transparência na comunicação e nas formas de *marketing* utilizadas e a ética nas relações com a sociedade”.

A Responsabilidade Social é tema relativamente novo no cenário empresarial, o que torna sua abrangência um fator ainda não delimitado. Apesar disso, Vêras (2009, p. 9) atribui a esta, elementos que configuram pontos comuns na constituição desse fenômeno em ascensão: “responsabilidade social refere-se à ética, à transparência, à sustentabilidade, à diversidade e compreende os públicos que se relacionam com os negócios da organização”.

Pautada por esses aspectos, observa-se que a Responsabilidade Social Empresarial é de ampla abrangência, e segundo Campos e Ardisson sua implantação nas organizações já apresenta mudanças positivas notórias:

Um amadurecimento inegavelmente associado ao desenvolvimento social e à (cons)ciência dos resultados do passado ajudou a que a concepção jurídica de empresa pudesse se tornar, hoje, algo mais, orientada não só pela promessa de capital, mas também pelos valores socioambientais reconhecidos (CAMPOS; ARDISSON, 2012, p. 87).

Com as ações de Responsabilidade Socioambiental contribuindo positivamente para o progresso empresarial, surge “uma nova consciência para o mundo dos negócios, amenizando

(e não solucionando, é importante frisar) os efeitos nocivos do modo de produção capitalista” (BAGNOLO, 2010, p. 411).

Por não estar ainda solucionando os problemas decorrentes do modo de produção, supõe-se que o resultado obtido até então ainda não tenha atingido o patamar desejado e que “a eclosão da responsabilidade social nas organizações é indiscutivelmente uma realidade; o que se coloca em discussão é a legitimidade das razões que a sustentam e as formas mais apropriadas de pô-la em prática” (VÉRAS, 2009, p. 97).

Há, no entanto, autores que defendem de forma mais simplificada e metódica o processo. Medeiros (2012, p. 22), por exemplo, declara que no “momento que a organização decide pela implantação de um modelo de gestão ambiental, a relação de regras escritas e procedimentos a serem seguidos por todos passam a estar presente no cotidiano da organização”.

Todavia, por mais simples que os processos possam parecer, ou por mais complexos que eles possam ser, “os modelos instituídos em um setor são adotados pela maioria, com o principal intuito de sobrevivência, tendendo à homogeneização dessas estruturas depois de certo tempo, até que outra inovação seja implantada e realmente esse ciclo” (KELM et al., 2014, p. 408).

É indispensável porém, além do modelo instituído, o tempo necessário para absorção deste e a adesão dos envolvidos de maneira contínua, dentre outros fatores, o que acaba dificultando o fechamento do ciclo.

Mas, “o que se observa é que as definições de RSE vão variar de acordo com o contexto em que são formuladas e em função dos interesses e da posição ocupada no espaço social pelo grupo que as formula” (CRUVINEL, 2008, p. 42). Dessa forma, perde-se a padronização do processo, causando uma enorme variação de objetivos e resultados.

Compartilhando dessa perspectiva, Vêras (2009, p. 28) assegura que “as conceituações de responsabilidade social das organizações variam de acordo com os contextos em que são elaboradas e, principalmente, com os interesses de seus formuladores”. Esses fatores podem vir a inviabilizar ou até mesmo anular os efeitos positivos da RSE.

Além de tantos dificultadores, desde o processo de formulação até a implantação efetiva da Responsabilidade Socioambiental, há ainda outros itens que não podem ser privados de julgamentos. Ipiranga et al. (2011, p. 14) alertam sobre um fenômeno comum que “é o da existência de empresas em que coexistem características mistas. [...] Opta-se, em muitos casos, por ações desconectadas e/ou circunscritas”. Acredita-se que esse seja apenas o



cumprimento de um protocolo, com o intuito de prestar contas para a sociedade, mesmo que de forma vazia e sem retornos efetivos.

Diante de tal perspectiva, é preciso aperfeiçoar o modelo, para que a RSE atinja resultados favoráveis, caso contrário, a empresa estará em desperdício de esforços e capital.

Entretanto, há situações ainda mais delicadas. Apesar de o setor empresarial ser considerado o maior responsável pelos danos ambientais causados ao planeta ao longo das décadas, “muitas empresas não conseguem reagir de forma positiva à questão ambiental, por ser algo ainda irrelevante à realidade de algumas delas” (BLANK; BRAUNER, 2009, p. 273).

Mas essa irrelevância contradiz com a própria realidade ocasionada ao meio ambiente. “Da menor das agulhas à mais complexa das armas, era por meio da empresa e de seus processos criativos que a nova face do mundo ia se apresentando cada vez mais deformada, mais *cinza* e áspera” (CAMPOS; ARDISSON, 2012, p. 93, grifo do autor).

Diversas são as variáveis que podem interferir nesse processo de mudança, porém um dos fatores que mais tende a distanciar as empresas de uma conduta ambientalmente sustentável são os custos.

Verás (2009, p. 26) alerta sobre a existência de “um segmento do empresariado que tem conhecimento dessas questões, todavia, pauta-se segundo a primazia dos objetivos econômicos e avalia que incorrer em despesas dessa natureza representa onerar a empresa desnecessariamente”.

Ainda assim, Ipiranga et al. (2011, p. 13) acreditam que “com o avanço das discussões sobre o significado e as conseqüências dessa idéia-força nas diferentes esferas sociais, também começam a surgir iniciativas para concebê-la e materializá-la no contexto das organizações empresariais”.

Superado o obstáculo orçamentário, é preciso ter um modelo adequado para a implantação. “Isto porque estas iniciativas podem apresentar custos significativos que, não necessariamente, se traduzam em melhoria socioambiental para as comunidades afetadas pelas atividades da empresa” (GARCIA et al., 2007, p. 535).

Depreende-se então, que é necessário mais que disposição e dinheiro para a implementação da Responsabilidade Social dentro das organizações. É imprescindível a elaboração de um projeto condizente com a realidade empresarial e social, visto que existem “os riscos de se implementar ações que apesar de seus elevados propósitos, fujam dos objetivos da entidade” (KELM et al., 2014, p. 402).

Analisando outros aspectos ainda desse contexto, com tamanhas transformações no cenário da produção e do consumo, nota-se um aumento no grau de exigência dos

consumidores, o que impulsiona as empresas a se readequarem para maior aceitação no mercado. Bem como, a possibilidade de responsabilização social às organizações quanto à tomada de posição (ou não) frente às questões socioambientais, já que para muitas delas, esse fator pode fugir ao foco de seu negócio.

Surge assim, um verdadeiro frenesi organizacional que demanda um certo grau de consciência de cada entidade, de modo que estas implementem ações concretas de minimização das mazelas sociais ou dos riscos ambientais (KELM et al., 2014, p. 402).

Blank e Brauner (2009, p. 273) esclarecem que “principalmente a legislação ambiental e o consumidor passa a exigir uma atuação empresarial mais responsável com a natureza, tendo como consequência inovações tecnológicas voltadas para a produção de tecnologias limpas”.

Norteados por essa ideia, acredita-se que a simples adesão ao fenômeno da Responsabilidade Socioambiental, pode não se traduzir em estratégia de mercado.

[...] Pode-se efetivamente observar que existe um conjunto de iniciativas, enquadradas originalmente como socioambientais, que não conseguem mais serem suprimidas por ações de caráter estratégico organizacional, pois já compõem o patrimônio de exigências de atuação sobre as organizações. Pode-se afirmar que essas exigências foram institucionalizadas e passaram a compor o subconsciente coletivo da sociedade (KELM et al., 2014, p. 409).

A partir do momento em que essa conduta passa a ter uma obrigatoriedade legal ou social, esse frenesi tende a se ampliar, porém a marca de empresa responsável sócio-ambientalmente pode apresentar além da obrigatoriedade a sua própria valoração, desde que essa conduta seja ampliada, explorada e divulgada de forma positiva.

Véras (2009, p. 29) orienta que “deve estar claro que a observância à legislação em geral é um aspecto inerente à RS organizacional, pois uma empresa que descumpra suas obrigações legais evidentemente não poderá ser considerada socialmente responsável”.

Sendo assim, com a formação de novos padrões nas organizações, decorrente de normatização social, onde o agente indutor desse novo padrão não é a organização, surge a perda do caráter estratégico competitivo daquela conduta na perspectiva do mercado. A esse comportamento passa-se a atribuir exclusivamente o seu cumprimento legal (KELM et al., 2014, p. 410).

Entretanto, como forma de melhorar sua imagem ante aos concorrentes, as empresas podem ampliar seu escopo de atuação ambiental, bem como “podem integrar, de maneira voluntária, as preocupações sociais e ambientais com suas atividades produtivas, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável” (GARCIA et al. 2007, p. 535).

Porém, o que se observa é que essa conduta social não aconteceu espontaneamente. “Foi a propagação de legislações trabalhistas cada vez mais protetivas, impulsionada por ideais marxistas amplamente difundidos entre o proletariado, que deu à empresa evidentes traços sociais” (CAMPOS; ARDISSON, 2012, p. 92).

Se foi necessário a força legal para que ocorressem mudanças na área trabalhista, talvez outras medidas pudessem ser adotadas de forma contínua, porém mais brandas para a mudança do comportamento propagado. A exemplo disso, “a educação ambiental mostra-se hoje como evidência: impõe-se como necessidade nas instituições, o que, como consequência, produz consensos na sociedade” (SILVA, 2011, p. 566).

Nesse sentido, a necessidade de estratégias diferenciadas para obtenção de resultados mais promissores foi observada: “as empresas perceberam que não bastava ter um produto ecológico e tecnologias limpas, uma vez que seus trabalhadores não estavam comprometidos ou conscientes em relação à importância da preservação ambiental” (BAGNOLO, 2010, p. 402).

Como estratégia para a solução deste problema, acredita-se que “na medida que as pessoas são motivadas e influenciadas a adotarem comportamentos preventivos, a Educação Ambiental mostra-se como uma importante ferramenta de Gestão Ambiental” (MEDEIROS, 2012, p. 20).

E, como são os empregados o fator interno às empresas para o desenvolvimento da responsabilidade social organizacional, eles assumem um papel de relevo, pois esforços dessa natureza concorrem para atrair, motivar e reter talentos nas empresas (VÉRAS, 2009, p. 35).

Todavia, “no cotidiano organizacional, muitas vezes, alguns grupos conseguem impor sua visão de mundo e suas soluções para os problemas e/ou dificuldades, entre outras possíveis, influenciando assim, a percepção de realidade dos demais” (KELM et al., 2014, p. 406). Dessa forma, tem-se como agravante, o risco da influência exercida por determinados grupos de indivíduos não ser benéfica à organização.

Conclui-se então, que a objetivação de bons resultados na implementação da Responsabilidade Social Ambiental, requer uma infinidade de cuidados com fatores internos e externos à organização.

E independentemente da influência que os indivíduos possam exercer dentro da empresa, Rufino et al. (2014, p. 3), defendem que a responsabilidade social empresarial deve ser fundamentada no tripé da sustentabilidade ou *triple bottom line* (TBL) proposto por John Elkington, em 1999.

Em sua essência o tripé “prevê a integração entre as dimensões econômica, humana e ambiental, com o propósito de prestar atendimento de forma equilibrada, às pessoas, ao planeta e ao lucro” (IPIRANGA et al., 2011, p. 13).

Apesar de que a idéia do tripé se coloca de forma relativamente simplificada, a sustentabilidade apresenta uma extensa variedade de aspectos a serem analisados e incorporados ao processo. Ipiranga et al. (2011, p. 15) relatam a importância de “temas como diversidade, responsabilidade social interna, direitos humanos, direito dos trabalhadores, transparência, postura ética, promoção e participação em projetos de cunho social, entre outros”, compõem este fator.

Com tantos aspectos a serem incluídos na Responsabilidade Social Empresarial enquanto parte do planejamento estratégico da empresa, há frequentemente associação desta com filantropia. Mas esta é uma associação que deve ser evitada na opinião de Santos; Souza (2013, p. 3).

Véras (2009, p. 27), compartilha desse sentimento e esclarece: “Filantropia é uma ação, isolada ou continuada, em benefício social; portanto, uma ação humanitária. Responsabilidade Social, por outro lado, é mais abrangente, sendo incorporada aos negócios e à cultura da empresa”.

Todavia, “ao acúmulo de responsabilidades sociais das empresas corresponderia um significativo aumento de seu poder perante a sociedade e, em consequência, o enfraquecimento da noção de cidadania e o esvaziamento do Estado” (VÉRAS, 2009, p. 36).

A aplicação deste fator pode ser um tanto arriscado em virtude da possível inversão de papéis e da absorção de maiores responsabilidades não condizentes, em muitos casos, com a realidade empresarial.

O contexto da Responsabilidade Social Empresarial em si, consiste em “identificar os principais impactos sociais e ambientais causados por suas atividades, permitindo o estabelecimento de ações que visem a minimizá-los e mitigá-los, de forma a melhorar a qualidade de vida da população, considerando sua área de influência” (GARCIA et al., 2007, p. 235).

Dessa forma, a Responsabilidade Social busca evitar a penalização da sociedade com os efeitos de suas atividades, mas não deve estender seu papel para além dos limites pré estabelecidos, com o risco de tornar-se uma instituição filantrópica, ou de tomarem pra si as responsabilidades que cabem ao Estado.

Para Silva (2011, p. 567, grifo do autor) as “empresas foram (ou são) os alvos das críticas ambientais e elas passam então a se representar através de um discurso de

*sustentabilidade, de responsabilidade socioambiental...*” Mas, há que se ter o cuidado necessário para que essa representação não seja superficial a ponto de invalidar a Responsabilidade Social da organização.

Nesse intuito de obtenção de resultados socioambientais positivos, “a avaliação dos projetos de RSE mostra-se essencial para melhorar o desempenho durante a execução, e também no planejamento de projetos futuros, reduzindo as incertezas e riscos de insucesso” (GARCIA et al., 2007, p. 536).

Ao se avaliar os projetos de Responsabilidade Social Empresarial, tem-se como termômetro a aplicação destes, realizada por empresas que atuam em atividades do mesmo ramo. Isso porque as “organizações pertencentes a um mesmo setor apresentam práticas semelhantes por estarem inseridas no mesmo ambiente institucional, bem como por sofrerem os mesmos tipos de pressões legais, normativas e socioculturais [...]” (ALMEIDA et al., 2015, p. 46). Isso traz para as empresas, modelos já instituídos nas organizações, que podem ser aperfeiçoados e implantados em empresas do mesmo ramo.

Portanto, à medida que as ações de responsabilidade socioambientais assumidas por uma empresa tornam-se recorrentes, o nível de aprendizado e amadurecimento das organizações e da própria sociedade aumenta, pois ao institucionalizar um conjunto de elementos, vai gradativamente determinando comportamentos para outras organizações que, por sua vez, também podem dar origem a comportamentos ou procedimentos que passarão por processos de institucionalização (KELM et al., 2014, p. 413).

Tal fato denota que a atuação empresarial no âmbito da responsabilidade social também é influenciada por uma série de aspectos, os quais estão atrelados ao ambiente institucional no qual as empresas estão inseridas, que determinam a forma pela qual a organização exerce a sua responsabilidade social (ALMEIDA et al., 2015, p. 48).

Vale ressaltar que “o desenvolvimento de uma atuação autocrítica é essencial para que a empresa possa internalizar o paradigma constitucional pluralista que norteia as sociedades contemporâneas e se pautar a partir dele” (CAMPOS; ARDISSON, 2012, p. 97).

No entanto, apesar de ser esta uma ação necessária para tornar o progresso um fator sustentável, aliando desenvolvimento e qualidade de vida para a sociedade, Vêras (2009, p. 99) infere em sua pesquisa que “a competitividade e o lucro permanecem sendo os objetivos primeiros das empresas. A novidade é a percepção de que a adoção de uma atitude socialmente responsável engendra benefícios para a organização”.

Todavia, “uma atividade que tenha por finalidade conquistar lucro a qualquer preço, ainda que por meio da destruição ambiental e da imposição de riscos e danos à sadia

qualidade de vida, já não pode ser concebida juridicamente como empresa” (CAMPOS; ARDISSON, 2012, p. 99).

A percepção dos benefícios advindos com a Responsabilidade socioambiental tem se fortalecido nas empresas, decorrente da exigência social, mesmo que ainda não tenha atingido o nível de desenvolvimento desejado. Mas, é preciso se adequar pois “o controle ambiental, antes exercido pelo Estado, com o advento da ISO 14000, passa à sociedade, a qual teria no consumidor verde a determinação de escolha de um produto, além da relação preço-qualidade, também ambientalmente correto” (BLANK; BRAUNER, 2009, p. 274).

Esse enfoque de investigação da atuação das empresas em arena socioambiental rompe com a perspectiva ingênua e voluntarista de que a emergência dessas iniciativas ocorra em função de diferentes níveis de conscientização do meio empresarial. Não se ignora aqui a relevância da formação de juízos morais como fator decisivo nesse comportamento, mas seu entendimento é potencializado se o analisarmos de modo sistêmico, dentro da lógica do processo competitivo e de desenvolvimento da sociedade como um todo (KELM et al., 2014, p. 413).

Fica mais perceptível quando observamos que “as críticas mais diretas endereçadas a essa nova relação entre empresas, governo e sociedade afirmam se tratar de marketing social, não de uma mudança genuína” (VÉRAS, 2009, p. 35).

### 2.1.3 PRINCÍPIOS

Princípios são padrões de condutas estipulados, que definem as regras pelas quais um determinado grupo deve se orientar. Eles transmitem a idéia de dever, de código de conduta, de obrigação a ser cumprida.

Dentre a infinidade de princípios relacionados ao Desenvolvimento sustentável, existente em meio a conferências, acordos, pactos, cartas, protocolos; os que mais nortearam a elaboração do presente estudo encontram-se como anexo neste trabalho.

Contudo, alguns desses princípios são considerados universais e devem nortear toda e qualquer ação humana, principalmente no aspecto de atuação empresarial. Dentre eles destacam-se:

- ✓ A Natureza deve ser respeitada e seus processos essenciais não devem ser prejudicados (CARTA MUNDIAL PARA A NATUREZA).
- ✓ Os sistemas e organismos, bem como a terra, recursos marinho e atmosféricos que são utilizados pelo homem, devem ser geridos para alcançar e manter a produtividade ótima sustentável, mas de tal forma que não coloque em risco a

integridade dos outros ecossistemas ou espécies com as quais eles coexistir (CARTA MUNDIAL PARA A NATUREZA).

✓ Os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de Direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional (CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA).

✓ As nações devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras da humanidade com base na equidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades. Em decorrência, os países desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e a seus efeitos (CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA).

✓ Os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO).

✓ O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO).

✓ Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição (PROTOCOLO VERDE).

Voltado para projetos de investimentos por meio de produtos financeiros ofertados pelos bancos, os Princípios do Equador são critérios a serem utilizados pelas Instituições Financeiras para concessão de crédito, cuja adesão é voluntária, que visam garantir padrões para que estes projetos financiados sejam responsáveis ambientalmente e socialmente.

Apesar de estarem voltados para as Instituições Financeiras, os Princípios do Equador não foram descritos neste, em virtude de englobarem de forma geral aspectos de sustentabilidade na concessão de crédito para empresas, o que não é o objeto deste estudo.

#### **2.1.4 REGULAMENTAÇÃO**

Foram observadas que

[...] as primeiras evidências da diferença, deveras óbvia, entre a empresa que teve lugar na sociedade industrial do final do século XIX e a empresa tal como vista perante a sociedade do risco contemporânea. Enquanto aquela era definida

juridicamente de modo rígido e por um viés exclusivamente econômico, esta apresenta natureza mais ampla, flexível, e porta consigo uma extensa carga jurídico-axiológica socioambiental (CAMPOS E ARDISSON, 2012, p. 100).

Essa transformação da empresa ao longo dos séculos apresenta de forma nítida e singular a infinidade de mudanças ao qual o meio empresarial foi submetido, incluindo o aspecto legal, no que tange a preservação ambiental.

Como marco dessa grande transformação dentro das normas e regulamentações ambientais, tem-se a Constituição de 1988. Ela prevê em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Porém, é importante frisar que “se o meio ambiente sadio é um direito ele é também um dever, que compete a toda a sociedade” (AGENDA 21, 1995, p. 8).

Mas ressaltando neste, apenas o aspecto organizacional, associa-se a esse dever a responsabilidade que advém à empresa com esta regulamentação.

Com relação ao conceito de responsabilidade, este pode ter um sentido pretérito de “imputabilidade” que significa a atribuição de uma ação a um agente, considerado este seu causador. [...] a responsabilidade abarca um compromisso acordado entre as partes, ou legitimamente determinado, com relação à geração de um resultado ou comportamento. Segundo essa concepção, a responsabilidade organizacional deve, necessariamente, originar-se de um processo legalmente estabelecido ou socialmente legitimado (KELM et al., 2014, p. 402).

E é através das cobranças sociais que a bandeira da preservação é levantada. Mesmo com uma sociedade relativamente adormecida perante a infinidade de abusos provocados ao meio ambiente por parte das empresas, a mudança inicial do comportamento e a regulamentação da conduta organizacional se dão principalmente em meio a cobrança social por condutas diferenciadas.

É nesse espírito, contando ainda com uma legislação ambiental cada vez mais impositiva, que vislumbramos um novo empresariado nascendo e atendendo às expectativas de uma sociedade, se não totalmente conscientizada da gravidade dos problemas ambientais, pelo menos alarmada com a crise (BAGNOLO, 2010, p. 402).

Ciente desse aspecto a ser cumprido, inúmeras regras de regulamentação devem ser observadas pelas organizações, incluindo as Instituições Financeiras.

Dentre as principais leis e regulamentos, tem-se:

a. Segurança e saúde no trabalho – Portaria Ministerial 3.214, de 08/06/1978 – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.



Precedida pela lei 6.514/77 que apresentava a Consolidação das Leis do Trabalho no aspecto da segurança e da medicina do trabalho, a Portaria Ministerial 3.214/78 foi criada com a finalidade de aprovar as Normas Regulamentadoras – NR de observância obrigatória aos empregadores regidos pela CLT, pertinentes a Segurança e Medicina do Trabalho.

Foram aprovadas em 1978, por meio desta Portaria, 28 Normas Regulamentadoras nesse teor, mas atualmente já são 36 Normas que regulamentam as condições empregatícias no âmbito da CLT, aprovadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

b. Política Nacional de Meio Ambiente – Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981:

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Até a criação da Lei 6.938/81, as diretrizes políticas relacionadas ao meio ambiente eram escolhidas de forma independente pelos Estados e/ou Municípios. A partir de então, a União passou a delimitar comportamentos e instituir metas e mecanismos voltados para a preservação ambiental. Foram as primeiras nuances de homogeneidade na conduta com a preservação ambiental ao longo de todo o país.

c. Crimes Ambientais – Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998:

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

A criação da Lei 9.605/98 proporcionou maior coerência e uniformização nas penas propostas para agentes infratores da legislação ambiental. Se antes as regras eram contraditórias, esparsas e desalinhadas, desde o ano de 1998 tornou-se mais claro as definições de infrações ambientais, inclusive para pessoas jurídicas, e as punições passaram a abranger níveis de gravidade de infração.

d. Educação Ambiental – Lei 9.795/1999:

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

A lei apresenta o conceito de Educação Ambiental e seus princípios, abordando a ideia de sustentabilidade dos recursos e estimulando a cooperação dos indivíduos em todo o país para o alcance do estimado equilíbrio ambiental.

Apresenta-se como uma ferramenta que visa doutrinar toda uma sociedade à conservação do meio ambiente, sem que princípios como a liberdade, a democracia, a justiça social e outros sejam abolidos, pelo contrário, a lei estimula o fortalecimento desses princípios.

e. Código de cores para programas de coleta seletiva – Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.275, abril de 2001:

Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.

Estimulando a prática da reciclagem de resíduos, um processo que deve integrar diferentes setores e pessoas, a presente Resolução pode se apresentar um pouco complexa por ofertar uma variedade grande de cores e itens, quando a separação exclusiva do lixo úmido (orgânicos) do lixo seco (recicláveis) poderia ser mais facilmente praticada.

Todavia, a separação por cores é utilizada mundialmente, sendo este o padrão oficial a ser adotado por modelos de gestão dos programas de coleta seletiva.

Padrão das cores:

Azul: papel/papelão; Vermelho: plástico; Verde: vidro; Amarelo: metal; Preto: madeira; Laranja: resíduos perigosos; Branco: resíduos ambulatoriais e de serviço de saúde; Roxo: resíduos radioativos; Marrom: resíduos orgânicos; e Cinza: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

f. Destinação de resíduos – Decreto 5.940/2006:

Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

Esse Decreto atribui ao Governo Federal uma ação de Responsabilidade Socioambiental que implica na organização e condução de resíduos a coleta seletiva, o que por sua vez, estimula o trabalho coletivo entre os catadores de materiais recicláveis por meio das associações e cooperativas, gerando renda para estes, e proporcionando maiores possibilidades para a preservação ambiental.

g. Resolução 3.545 do Conselho Monetário Nacional, de 28 de fevereiro de 2008:

Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

A resolução 3.545/2008 estreita a concessão de empréstimos e financiamentos para propriedades que se encontrarem situadas dentro do Bioma Amazônico, por meio de exigências documentais que comprovem regularidade ambiental.

h. Resolução 4.327 do BACEN, de 25 de abril de 2014:

Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Resolução 4.327/2014 objetiva a contemplação por parte das Instituições Financeiras, de ações socioambientais na realização de negócios com clientes, na sua relação com colaboradores e com todos aqueles que possam sofrer algum tipo de impacto resultante das atividades desenvolvidas pela Instituição.

### **2.1.5 RETORNO FINANCEIRO E SOCIAL**

“No momento histórico atual, o meio ambiente constitui-se em ponto de convergência, canalizando um grande investimento político-ideológico para a sociedade dita democrática” (SILVA, 2011, p. 566).

Existe um divisor de águas no cenário ambiental marcado pela conduta empresarial, na qual a sociedade consumidora estipula quais os fatores, sejam eles ideológicos ou de atuação, merecem ser valorizados para que uma empresa se mantenha concorrente no mercado de consumo.

Todavia, apesar de os consumidores terem noção do que é Responsabilidade Social, por demonstrarem que estão informados a esse respeito, apenas uma parcela destes estaria disposta a pagar mais por produtos ecológicos (TAMASHIRO et al. 2012, p. 208).

Observa-se dessa forma a existência de um paradoxo como pano de fundo neste cenário. Se por um lado clientes cobram pela empresa socioambiental, por outro lado, nem todos se disponibilizam a pagar mais por esse fator, a contribuir de forma atuante neste quesito. Contudo, oferecer itens produzidos indiscriminadamente pode gerar uma imagem negativa aos consumidores, desvalorizando a marca.

Apesar do aumento da consciência e do interesse do consumidor por produtos verdes e de uma pré-disposição para compra de produtos e serviços mais ecologicamente corretos, pode-se notar muitas vezes a falta de correspondência nos consumidores entre sua atitude e suas ações [...] (VACCARI et al., 2016, p. 44).

Assim, um fator a ser explorado mais a fundo é a necessidade de que “as empresas demonstrem os benefícios verdes agregados aos seus produtos, para que esse valor seja percebido pelos consumidores no momento da compra” (RODRIGUES et al., 2014, p. 321). E, a partir desta percepção, empresas e consumidores se disponibilizem mutuamente ao sacrifício para a conservação do meio ambiente.

Isso porque, observou-se que o consumidor brasileiro valoriza mais o desempenho do composto mercadológico do que o desempenho ambiental (SANTOS E PORTO, 2014, p. 616).

Com todas essas variáveis, torna-se visível a existência de uma gama de posturas diferenciadas nessa ambiência. Têm-se personagens irreduzíveis na cobrança de uma conduta diferenciada; indivíduos que cobram essa postura, mas não se disponibilizam a contribuir mais por isso; indivíduos neutros; e ainda, aqueles que ignoram absolutamente este aspecto.

Entretanto, de forma geral,

Com as exigências dos consumidores, que hoje em dia são mais conscientizados e requerem informações a respeito da forma de obtenção dos produtos e/ou serviços ofertados, as atuais organizações ampliaram os seus objetivos, abrindo espaço para que a maximização dos lucros e a sua imagem frente à sociedade seja construída através da sua boa relação com o meio ambiente. Conseguir vantagem competitiva em uma organização é uma premissa básica adotada nos modelos gerenciais desenvolvidos para tomada de decisões eficazes (MEDEIROS, 2012, p. 14).

Para Vaccari et al. (2016, p. 45), a “alteração no comportamento dos consumidores tem sido impulsionada por vários fatores, sobretudo maior cobertura de mídia, legislação mais rigorosa e maior envolvimento dos grupos de pressão ambiental”.

Nessa busca incessante por vantagens competitivas no aspecto ambiental, surge a necessidade não apenas de atuação, mas de uma ampla divulgação dessa atuação, para que a construção dessa imagem seja sólida.

Origina-se assim, o chamado marketing verde, definido por Silva e Lopes como:

estratégia sistêmica e holística, que deve estimular estratégias e posturas verdadeiras e éticas, que busque uma visão sempre crítica e consciente em todas as dimensões da sustentabilidade, ultrapassando velhos paradigmas de manipulação do mercado e falácias organizacionais (SILVA; LOPES, 2014, p. 88).

Kelm et al. (2014, p. 411), por sua vez, acreditam que no tocante à divulgação da marca ante o desenvolvimento sustentável, “o desafio das organizações é justamente acompanhar a evolução sociocultural de sua comunidade de referência, para identificar oportunidades de vinculação de seu produto/serviço a esse comportamento esperado”.

No entanto, a vinculação do produto/serviço ao comportamento pode não ser suficiente para o reconhecimento da empresa, além de toda a cadeia de fatores envolvidos na postura ambiental empresarial.

[...] as empresas socialmente responsáveis angariam o reconhecimento da sociedade, o que se reflete na valorização de sua imagem institucional, no aumento da fidelidade do consumidor, na retenção de talentos, no comprometimento dos colaboradores e, por fim, na perenidade da corporação (VÉRAS, 2009, p. 36).

São vários os aspectos de grande relevância que permeiam esse cenário, destarte, há que se conscientizar da necessidade de seriedade e abrangência de tais fatores frente às organizações.

Determinadas ações como a conscientização de clientes externos e internos, por exemplo, e o envolvimento dos mesmos no processo de controle dos impactos ambientais, “permitem às organizações alcançar bons resultados, pois incentivam a formação de uma consciência ecológica preventiva aos empregados e conseqüentemente a comunidade” (MEDEIROS, 2012, p. 22).

Rufino et al. acreditam nessa vantagem competitiva, mas prevêm resultados em diferentes espaços de tempo.

A implantação de padrões sustentáveis que diferenciem positivamente as organizações, quando comparadas as concorrentes, levam as empresas a buscarem algo mais do que apenas auferirem lucros, no curto prazo [...]. Mas também, as organizações procuram assegurar a continuidade de suas atividades, no médio e longo prazo, através da promoção de ações sustentáveis [...] (RUFINO et al., 2014, p. 3).

“O raciocínio é simples: se uma postura empresarial socialmente responsável realmente determina benefícios [...], então, no longo prazo, ela deve proporcionar uma vida longa, sólida e rentável para a organização” (VÉRAS, 2009, p. 39).

Contudo, há que se ressaltar que a Responsabilidade Social Empresarial é apenas um dos fatores aparentemente importantes para o sucesso de uma empresa e, não pode isoladamente garantir o êxito de longo prazo da corporação (VÉRAS, 2009, p. 39). Até mesmo porque, muitas vezes a própria adesão a RSE, pode ocorrer de forma superficial ou equivocada, o que pode gerar o efeito contrário esperado, denegrindo a imagem institucional da empresa.

Ciente de que o que mantém uma empresa no mercado é a escolha do cliente, é preciso afunilar o campo de atuação para compreender isoladamente o desejo de cada indivíduo.

Inúmeras variáveis estão envolvidas no processo de decisão de compra. Elas apresentam níveis de influência diferentes de acordo com cada cliente, o que pode causar extremas disparidades entre o comportamento de um cliente em comparação a outro (RODRIGUES et al., 2014, p. 320).

Alguns elementos, como o selo e a certificação, “inscrevem-se na relação do consumidor para com os produtos de consumo, ao significar esse produto pelo que nele representaria um valor político e/ou social, que se situa, no âmbito da relação econômica, como ‘valor agregado’” (SILVA, 2011, p. 574).

Silva (2011, p. 564) afirma ainda que “embalagem e publicidade são significantes, como materialidades discursivas e de maneira indissociável do produto, do próprio consumo como prática social”.

Depreende-se assim que uma gama de instrumentos e abordagens deve ser utilizada, com a finalidade exclusiva de atrair os diferentes públicos acessíveis.

Nessa perspectiva, a possibilidade de enquadramento estratégico de uma iniciativa socioambiental é o seu caráter de legitimação social, ou seja, de gerar uma percepção positiva, não de um produto, mas da marca como um todo (KELM et al., 2014, p. 411).

Gerar uma percepção positiva ambiental exige um gerenciamento de qualidade, o qual “passa a ser um fator estratégico que a alta administração das organizações deve analisar, visto que se apresenta como uma eficiente ferramenta que melhora a performance da organização” (MEDEIROS, 2012, p. 23).

Assim, não se pode olhar a prática socioambiental apenas como um elemento de proteção, ela atua como um indicador de qualidade para os consumidores. Abrir mão desse fator pode ser arriscado, já que este é um elemento de peso no momento de decisão e indicação do cliente.

Empresas quando desenvolvem ações de sustentabilidade estão mais preparadas para enfrentarem os imprevistos do mercado, no médio e longo prazo, e, conseqüentemente, devem apresentar melhor desempenho de seus indicadores econômico-financeiros, nas demonstrações contábeis, em relação a seus concorrentes no mercado (RUFINO ET AL., 2014, p. 4).

Independentemente das dificuldades encontradas para implementação dos fatores ambientais nas rotinas organizacionais, “foi notória a inserção dos princípios ecológicos ao modo de operação das empresas, passando-se concretamente, a integrar o lucro e a proteção ambiental, na busca da criação de um mercado verde e da sua regularização na ordem comercial internacional” (BLANK E BRAUNER, 2009, p. 261).

Dessa forma, adequar-se aos novos padrões de produção tornou-se uma exigência mundial, onde a mudança de visão e de mentalidade promoveria a empresa (SILVA, 2011, p. 572).

Além do que, não se pode deixar de considerar os custos que uma conduta irresponsável pode ocasionar para a empresa. É nesse comportamento que se encontra o risco ambiental, que pode ser entendido como “uma medida de possíveis danos que uma atividade econômica pode causar ao meio ambiente” (BLANK E BRAUNER, 2009, p. 265).

Essa relação existente entre os riscos que a empresa enfrenta e o risco ambiental em si, é chamada de princípio poluidor pagador, o qual é representado para a organização como um

custo a mais. Isto porque o princípio “busca internalizar os custos da degradação ambiental no processo produtivo de qualquer atividade econômica, de modo a evitar que apenas os lucros de uma atividade sejam privatizados e os custos do dano ambiental sejam socializados” (BLANK E BRAUNER, 2009, p. 265).

Seguindo por esse raciocínio, a empresa se vê obrigada a minimizar seus impactos no meio ambiente, de forma a reduzir o risco ambiental e consequentemente o custo que esse possa representar para a organização.

Blank e Brauner (2009, p. 273), no entanto, acreditam que “a tecnologia limpa seria produzida pelo aumento da produtividade industrial de interesses convergentes e pela demanda ecológica, ou seja, a aplicação de critérios ecológicos se justificaria apenas se houvesse maior eficiência econômica”.

Os bancos por sua vez, independentemente do risco ambiental, enxergam na responsabilidade socioambiental, uma maneira de dar visibilidade à empresa, agregando valor à marca. É uma forma de melhorar a credibilidade da instituição e sua reputação diante dos investidores, clientes e sociedade, atuando como um *marketing* social. O intuito maior seria o de vender sua imagem, pois, como qualquer empresa, não abrem mão do esforço de maximizar seus lucros em um setor extremamente competitivo (BRAGA; MOURA, 2015).

Essa nova ferramenta disponível aos bancos, o *marketing* social, torna-se uma opção baseada no resultado projetado por atender os anseios ambientais de uma comunidade. Para Santos e Porto (2014, p. 608) “Ao perceber o comprometimento do banco em prol do meio ambiente, presume-se que o consumidor reconheça comportamentos altruístas e íntegros por parte do banco”.

O reconhecimento advindo seria explicado a partir da certificação de que as necessidades, desejos e expectativas em relação ao meio ambiente poderiam ser preenchidos pelo esforço ambiental de uma instituição financeira, onde espera-se que o cliente avalie positivamente o relacionamento, manifestando maior satisfação (SANTOS E PORTO, 2014, p. 608).

Blank e Brauner corroboram com esta perspectiva:

As questões de cunho ambiental se tornam cada vez mais importantes para as instituições bancárias, porquanto o meio ambiente não é relevante apenas no aspecto do gerenciamento do risco, como também representa oportunidades de negócio, podendo-se tornar uma vantagem muito competitiva tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras (BLANK; BRAUNER, 2009, p. 266-267).

Entretanto, agir de maneira benéfica ao meio ambiente, na certeza de que esta conduta trará a preferência da marca perante as demais, pode não ser uma verdade absoluta, visto que

“existe carência de estudos que vinculem e investiguem a relação entre a prática de ações sustentáveis e alterações nos indicadores de rentabilidade e lucratividade dessas empresas, principalmente, o setor de intermediação financeira – bancos” (RUFINO et al., 2014, p. 4).

Doravante, tem-se certeza da necessidade que o planeta apresenta de comportamentos diferenciados frente ao impacto ambiental causado. E esse comportamento não tende a passar totalmente despercebido.

“A percepção da atuação ecologicamente responsável de um banco está mais associada, ainda que indiretamente, às intenções de boca a boca positivo e de manutenção do relacionamento do que às predisposições de adquirir mais produtos” (SANTOS E PORTO, 2014, p. 614).

Rufino et al. (2014, p. 15), no entanto, afirmam que, por meio de pesquisa por eles realizada “pôde-se constatar maior estabilidade dos índices dos bancos sustentáveis, principalmente, no índice de Retorno Sobre Investimento Total”.

Contudo, ainda sobre esta pesquisa, “é possível concluir a não existência de sinergia suficiente para afirmar decisivamente que a sustentabilidade influi nos indicadores econômico-financeiros das empresas estudadas” (RUFINO et al., 2014, p. 16).

Por ora, não se pode esperar que a percepção da postura ambiental venha a encorajar o principal critério de decisão para início, aumento ou encerramento de um relacionamento bancário. Há aspectos contingenciais e mercadológicos que concorrem para subsidiar aquelas decisões (SANTOS E PORTO, 2014, p. 615).

## **2.2 SETOR BANCÁRIO**

Uma das maiores entidades financeiras do mundo é o Banco Mundial, imagem emblemática e representativa do setor financeiro. Conhecido como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, trata-se de uma Instituição Financeira internacional que fornece empréstimos para o desenvolvimento de países mais pobres.

Sua atuação se dá em um modelo de cooperativa entre países, de forma que seus recursos financeiros são direcionados para a melhoria dos países em desenvolvimento, no que tange ao crescimento equitativo e sustentável, e à erradicação da pobreza, através de empréstimos a longo prazo.

Reduzindo um pouco o escopo, encontra-se o Sistema Financeiro brasileiro, que é definido pelo Banco Central do Brasil como sendo conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários.



Ele é responsável pela oferta de produtos e serviços a um grupo expressivo da população brasileira. É composto por entidades normativas, supervisoras e por operadores que atuam no mercado nacional.

Atuando como integrante do Sistema Financeiro Brasileiro, o Banco Central do Brasil é tido como o “banco dos bancos”, e é responsável em suma pela política financeira do governo, pela fiscalização e autorização de funcionamento das Instituições Financeiras, pela emissão de papel-moeda, dentre outras atribuições.

Afunilando ainda mais, têm-se os bancos que, de maneira geral, são considerados segmentos do mercado de alta rentabilidade. Contudo, apresentam um alto índice de reclamações por parte dos consumidores e grande rotatividade de seus funcionários.

Estes fatores causam na população, dúvidas quanto ao seu papel na sociedade e sua forma de atuação, o que por sua vez, obriga os bancos a trabalharem de forma mais transparente, e aderirem a Responsabilidade Socioambiental em suas rotinas, ocasionando um ganho de imagem perante seus consumidores.

A financeirização da economia e o rápido fluxo de capitais, possibilitados pelas tecnologias da informação, são transformações relevantes sob o ponto de vista dos bancos, uma vez que implicou aumento de seu poder, tanto sob a perspectiva econômica quanto social (CRUVINEL, 2008, p. 47).

Uma das características marcantes do setor bancário, é que, “além de possuir a obrigatoriedade da divulgação econômica, apresenta um baixo impacto ambiental, fazendo com que o foco da sua atuação seja no âmbito social em decorrência dos impactos diretos e indiretos de sua atuação operacional” (ALMEIDA et al., 2015, p. 47).

### **2.2.1 SUSTENTABILIDADE E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

A adesão de empresas aos objetivos sociais e ecológicos, muito discutidos atualmente, mudou muito o panorama empresarial. Se antes o objetivo geral das empresas era faturar a qualquer custo, desde então tem ocorrido uma disputa mais acirrada por aceitação pelos clientes. Tornou-se indispensável o envolvimento com a conservação ambiental, a inclusão social e o crescimento econômico.

“No setor bancário, contudo, as exigências da sociedade não são tão perceptíveis quanto em outros setores, assim como são poucos os estudos sobre práticas de responsabilidade social (RSE) em bancos” (FEITOSA et al., 2014, p. 15).

Ainda assim, Braga e Moura (2015), consideram que as instituições financeiras podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, transformando seu modelo gerencial para

diminuir os impactos ambientais, reduzindo o consumo, mediante o planejamento e a execução de programas específicos.

Essa lacuna existente no setor bancário resulta da inserção dos bancos em um contexto diferenciado das demais organizações, o que não promove grande notoriedade quando da realização de práticas sustentáveis em sua rotina.

Blank e Brauner (2009, p. 261), esclarecem que “as questões ambientais ganharam destaque para as instituições bancárias em seu objetivo de financiar empreendimentos socialmente corretos”. Todavia, tão importante quanto exigir projetos de responsabilidade ambiental no momento de liberação de crédito, dever ser possuir e cumprir um projeto interno do mesmo teor.

Há ainda, no novo ambiente negocial, um risco que os bancos podem vir a enfrentar, que é o risco direto, onde “os bancos respondem diretamente como poluidores, estando o risco associado às próprias instalações, uso de papéis, equipamentos, energia, entre outros” (BLANK; BRAUNER, 2009, p. 267). A esse risco é aplicado princípio do poluidor-pagador, de forma que os bancos se vêm na obrigação de absorver nos seus custos as despesas efetuadas com o controle da poluição.

Dessa forma, há algum tempo é perceptível a tentativa de incorporação de regras de responsabilidade ambiental às atividades desenvolvidas no ambiente das Instituições Financeiras. Esse comportamento se dá em virtude do fato de que “o risco ambiental não se apresenta apenas nos negócios financeiros dos bancos, já que, embora a atividade financeira não seja de grande impacto ambiental, os próprios bancos, em pequena medida, são também poluidores” (BLANK E BRAUNER, 2009, p. 274).

Contrariando essa perspectiva de baixo impacto ambiental, Feitosa et al. (2014, p. 17) declaram que “a quantidade de recursos consumidos pelos bancos (papel e energia) e a geração de resíduos merecem destaque”.

Mas independentemente do quão impactante são as atividades bancárias, Braga e Moura (2015) salientam que as instituições como indutoras do desenvolvimento, devem cumprir seu papel ao estimularem e fomentarem a prática socioambiental entre sua rede de *stakeholders*.

Em 1995, alguns dos Bancos Oficiais do Brasil, como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES, Caixa Econômica Federal e o Banco Central do Brasil, assinaram uma carta de princípios para o desenvolvimento sustentável.

Essa carta ficou conhecida informalmente como Protocolo Verde. Nela são propostas políticas e práticas que estejam sempre, e cada vez mais em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras.

Vale ressaltar que um diferencial apresentado pelo Protocolo Verde, é que ele não se limita apenas à concessão de crédito a projetos com adicionalidades socioambientais. Ele defende também a promoção do consumo sustentável de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos; e a informação, sensibilização e engajamento contínuo das partes interessada nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição (PROTOCOLO VERDE, 1995).

Um novo grande marco para os Bancos aconteceu em outubro de 2002, quando o *International Finance Corporation* (IFC) em parceria com o ABN Amro, promoveram em Londres, o primeiro encontro entre executivos com o intuito de abordarem discussões envolvendo questões sociais e ambientais em investimentos de projetos.

Desse encontro, surgem em 2003 as regras dos Princípios do Equador na política de concessão de crédito para o financiamento de projetos. Essas regras consistem em critérios mínimos que assegurem que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma socialmente e ambientalmente responsáveis.

Assim, os empréstimos são concedidos pelos Bancos apenas a Projetos que apresentem um plano de Gestão Ambiental, com o intento de mitigar os impactos ambientais possíveis.

Contudo, a efetiva implementação desses princípios e a incorporação de mecanismos de prestação de contas e de transparência de informações, são um grande desafio a ser perseguido pelas instituições financeiras.

Em maio de 2008, um grupo constituído por representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, realizaram uma avaliação e revisão do Protocolo Verde.

Como resultado, obteve-se uma nova redação na carta, que orientava os bancos a cumprirem um papel de indutor fundamental na busca de um desenvolvimento sustentável que pressuponha a responsabilidade com a preservação ambiental e uma contínua melhoria no bem estar social.

Essa revisão propôs aos bancos se comprometerem com o fomento ao desenvolvimento sustentável; a avaliação socioambiental dos empreendimentos a serem

financiados; a ecoeficiência das práticas administrativas; a evolução das políticas e práticas voltadas à sustentabilidade; e a previsão de mecanismos de monitoramento e governança.

Em agosto desse mesmo ano, os presidentes dos bancos oficiais aderiram ao novo Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental - Protocolo Verde.

Dois anos depois, o Banco do Brasil se prontificou a elaborar indicadores de desempenho para a implementação do Protocolo Verde. A partir de então, a FEBRABAN, a Fundação Getúlio Vargas e os Bancos signatários do protocolo, se empenharam na busca por um instrumento de avaliação das instituições financeiras, para aferirem o cumprimento dos princípios estabelecidos pelo Protocolo.

Todavia, Braga e Moura (2015) observam em sua pesquisa, que as políticas socioambientais das instituições marcaram-se pela falta de especificidade, já que o cumprimento dos princípios e diretrizes do Protocolo Verde foi marcado por ações transversais, com ênfase na visibilidade à empresa, em termos de agregação de valor e credibilidade à marca diante dos *stakeholders*.

Levando em consideração o modo de atuação do capitalismo no mundo globalizado, o sistema financeiro é um dos agentes de maior importância na determinação do desenvolvimento econômico, caminhando de forma paralela aos problemas ambientais. A consciência da sociedade referente à existência desses problemas e a legislação criada e orientada nessa ordem têm afetado o sistema financeiro em grande escala, principalmente as instituições bancárias (BLANK E BRAUNER, 2009, p. 262).

### 2.2.2 DISPONIBILIZAÇÃO / DIVULGAÇÃO

Após discussões acerca de qual seria o papel da empresa e de sua responsabilidade social, as empresas “começaram a aperfeiçoar sua gestão social e ambiental, passaram a produzir relatórios sobre esses temas e procuraram obter certificações de qualidade socioambiental” (VÉRAS, 2009, p. 20).

Em busca de uma melhor sintonia entre empresa e consumidores, no que tange a responsabilidade social, é necessário que as empresas divulguem mais as suas ações de responsabilidade socioambiental; e que realizem campanhas que sensibilizem e conscientizem os consumidores, de forma a evidenciar os impactos positivos gerados para a biodiversidade e para a sociedade, além de perpetuar o exercício da responsabilidade social (TAMASHIRO et al., 2012, p. 209).

Esse processo de divulgação dos cuidados ambientais realizados pelas organizações tornou-se uma realidade nas empresas e mostrou-se perceptível quando:

[...] num esforço para melhorar sua reputação perante o público, algumas empresas começaram a dar publicidade a atividades dessa ordem. Inversamente, empresas acusadas de destruir o meio ambiente e de desrespeitar os direitos humanos ou associativos passaram a ser classificadas como não-responsáveis ou não-éticas (VÉRAS, 2009, p. 17).

A partir do momento em que uma empresa recebe a classificação de não responsável ou não ética, ela está fadada a grandes dificuldades no mercado consumidor. Isto porque ela assume estigmas que poderão anular esforços envidados na divulgação da marca, sendo freqüentemente associada à má execução de atividades que garantem a preservação do planeta.

“Seguindo a tendência mundial de se criar ferramentas que evidenciem o esforço das empresas em desenvolverem atividades de sustentabilidade, há o desenvolvimento de índices internacionais” (RUFINO et al., 2014, p. 3).

Dentre eles, destacam-se:

- Dow Jones Sustainability Index (DJSI) – é um dos mais importantes índices de sustentabilidade existentes no mercado de ações. Criado em 1999, se tornou importante referência para instituições administradoras de recursos estrangeiros, que se baseiam em sua performance para tomar decisões de investimentos, sendo o primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global, a qual está associada ao cumprimento de requisitos de sustentabilidade (CRUVINEL, 2008).

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BMF&BOVESPA – é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (BM&FBOVESPA, 2016).

- FTSE4Good Index Series – projetado para medir o desempenho das empresas com práticas de responsabilidade corporativa reconhecidos, cotados nos principais mercados financeiros da ASEAN: Bursa Malaysia, Indonésia Stock Exchange (IDX), a troca das Filipinas, Singapura Troca (SGX) e da Bolsa de Valores da Tailândia (FTSE RUSSEL, 2016).

Além dos índices, há ainda órgãos e ferramentas que auxiliam e orientam nesse processo de mensuração e direcionamento do comportamento empresarial socialmente

responsável. A exemplo disso tem-se: o Pacto Global, definido como uma nova mentalidade e novas práticas no meio empresarial, baseadas em valores universalmente compartilhados; as Certificações, as quais visam qualificar o aspecto social e ambiental das empresas; e o próprio Balanço Social entendido como um arranjo estrutural multiplicador e institucionalizador da RSE (CRUVINEL, 2008).

Outra iniciativa relacionada aos esforços para a disseminação da responsabilidade social corporativa alude à concessão de selos e de certificações a empresas que cumpram determinados compromissos (sociais, ambientais e trabalhistas, dentre outros) estabelecidos pelas entidades certificadoras (VÉRAS, 2009, p. 37).

Frente à infinidade de opções para a divulgação de sua boa conduta, as empresas precisam se munir com as ferramentas mais específicas ao propósito da empresa, na tentativa de evidenciar o que de melhor ela se propôs a realizar em benefício/manutenção do meio ambiente, de forma a atingir certamente o público alvo.

Nessa perspectiva, tudo aquilo que é externado pelas organizações como uma postura socialmente responsável ambientalmente, pode ser compreendido sistematicamente como uma ação social estratégica. As estratégias têm um princípio claramente econômico e competitivo, voltadas para a busca de melhores níveis de posicionamento, seja como fator de diferenciação, seja como elemento legitimador junto ao mercado (KELM et al., 2014, p. 413).

Dessa forma, é fundamental que as Instituições Financeiras, assim como as empresas em sua totalidade, disponibilizem suas informações sobre seu compromisso com projetos ambientais, implementação, dados e resultados, de forma precisa, transparente e tempestivamente.

Mas, mensurar os resultados obtidos com esforços direcionados a uma gestão socioambiental é indubitavelmente uma tarefa complexa, cujas incertezas provenientes desta tornam-se obstáculos ao desenvolvimento da Responsabilidade Social Corporativa (VÉRAS, 2009, p. 36).

Diante de práticas enganosas no mercado, dos excessos e omissões, se faz necessário um compartilhamento de responsabilidades dos atores no processo (indivíduo, empresas/organizações, governo, órgãos fiscalizadores e educadores), pois todos possuem papéis que devem ser conhecidos e praticados (SILVA; LOPES, 2014, p. 82).

Vaccari et al. (2016, p. 51), mencionam em sua pesquisa a falta de divulgação adequada como uma deficiência na ampliação da conscientização sobre como agir de forma mais proativa e sustentável, relatada por seus entrevistados.

Todavia, apesar do esforço realizado por inúmeras empresas em apresentarem relatórios e propagandas com iniciativas que visem à sustentabilidade, isso “nem sempre

condiz com as ações que elas desenvolvem internamente, ainda há um imenso desafio para incorporá-lo no universo empresarial” (IPIRANGA et al., 2011, p. 14).

Esse processo é relatado por Silva e Lopes (2014, p. 82) como *Greenwashing*. “Um termo em inglês que significa ‘lavagem verde’, faz referência a algo que quer transmitir uma imagem de ecologicamente correto, quando na verdade não é.”

Dessa forma, dentro dos limítrofes das instituições financeiras,

ao optarem por fazer conhecer suas práticas em gestão ambiental, é imprescindível que os bancos demonstrem aos consumidores de que forma suas ações colaboram na solução de problemas ecológicos ou na preservação do meio ambiente, sob pena de serem percebidas como uma estratégia oportunista de negócios (SANTOS E PORTO, 2014, p. 616).

Existe assim, uma responsabilidade amplificada aos bancos, visto que a sustentabilidade ambiental dentro das agências tende a ser vista como algo superficial. Faz-se necessário que ela não apenas seja notada de forma diferente pelos seus colaboradores e seus consumidores, como também que seus resultados sejam efetivos e mensurados de forma clara nessa ambiência a fim de convencer seu público alvo.

## 2.3 DA PERCEPÇÃO AO COMPORTAMENTO

Diante de acontecimentos cotidianos, cada indivíduo, com base em sua carga emocional, projeta sua percepção acerca dos fatos. São interpretações apresentadas em relação a fatores exteriores, de forma intangível, podendo ser compartilhados e/ou similares em um determinado grupo, seja ele grande ou pequeno, desde que possuam afinidades entre si.

“Frequentemente, a percepção é entendida como o caminho complexo de se obter informação acerca do mundo que nos rodeia, através dos nossos sentidos para, posteriormente, se apreender essa informação na consciência” (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 59).

Para Brandalise e Bertolini (2013, p. 28), “percepção é a interpretação que as pessoas fazem de uma mensagem a partir da interação dos estímulos internos e externos, que podem ser diferentes dependendo do indivíduo”.

Por ter sido a percepção usual da população mundial, transformada a partir da saúde ambiental do planeta, grande atenção tem sido dada a esse aspecto gerando ampla divulgação acerca do assunto.

Devido aos “desequilíbrios ambientais e a criação de novas necessidades, o ser humano está se tornando cada vez mais reflexivo e atuante em relação à responsabilidade social e ambiental” (RODRIGUES et al., 2014, p. 317).

Porém, é importante salientar a distância existente entre a reflexão e a atuação do indivíduo, mesmo quando refere-se à conservação ambiental do planeta.

“Para os estudos ambientais de caráter subjetivo, não é apenas a vivência da percepção o que interessa, mas todo o conjunto de outras vivências relacionadas ao meio ambiente” (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 59).

Dessa forma, “o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas” (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 60).

Conforme esses estudos são realizados, a realidade percebida pela sociedade aponta a necessidade de uma mudança no cenário ambiental e comportamental. Estudiosos afirmam que:

A sustentabilidade necessita de uma percepção consciente da condição de existência do próprio indivíduo, da coletividade e do meio em que vive, bem como da visão de futuro intergeracional. Neste contexto, a sociedade vive um conflito, um mundo consumista diante da realidade de recursos limitados, tendo a necessidade imperiosa da construção de uma sociedade mais justa, com valores e



procedimentos éticos, cuja tarefa é adotar parâmetros para a vida em coletividade, que sejam formadores de consciência e comportamentos éticos (SILVA; LOPES, 2014, p. 81).

Santos e Souza (2015, p. 59) relatam que uma das grandes dificuldades encontradas na proteção dos ambientes naturais, de acordo com a UNESCO, “está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sociais que desempenham funções distintas nesses ambientes, pois cada indivíduo os percebe de modo distinto.”

Mas o desafio não se dá apenas na diferença entre as percepções individuais. De forma geral, ocorre uma consciência dos danos ambientais causados, ocasionando uma resposta por parte das organizações. Porém, há o risco dessa reação empresarial não ser satisfatória as demandas identificadas pela sociedade. Em alguns casos, ela pode não se apresentar efetivamente, tal qual visualmente.

As pessoas são informadas pela mídia sobre os danos ambientais existentes, os perigos que a sociedade enfrenta, por isso, as empresas procuram responder a estes estímulos de responsabilidade. No entanto, não basta apenas entender a visão socioambiental, mas é preciso possuir atitudes pró-ambientais para que de fato a cultura preservacionista se estabeleça (SILVA et al., 2016, p. 60).

Esse frenesi tem obrigado as organizações a se reavaliarem não apenas no contexto externo, mas também no interior de seus domínios. Se por um lado clientes com uma percepção ambiental positiva da empresa compram mais, por outro lado, colaboradores que compartilham dessa percepção, contribuem mais para o alcance destes objetivos.

“No cenário brasileiro, as empresas evidenciam que pretendem seguir a linha de investimentos em RSC voltados para o público interno” (PARENTE et al., 2013, p. 3).

Santos e Souza (2013, p. 2) esclarecem que embora alguns estudos “já tenham comprovado a influência das práticas socialmente responsáveis sobre o comprometimento dos funcionários, nenhum deles foi capaz de explicar a maneira como o indivíduo pode tornar-se comprometido com a organização”.

Parente et al. (2013, p. 4), por sua vez, contrariam essa perspectiva e asseguram que “pesquisas recentes no Brasil apontam que os colaboradores pouco participam dos programas de RSC, o que faz com que eles não reconheçam as ações das empresas onde trabalham e nem se comprometam e se engajem nos projetos de RSC”.

Em meio às contradições observadas nos estudos, opiniões se dividem e esforços podem se tornar escassos para ocasionar o comprometimento interno. Ou, pelo contrário, essa dificuldade pode angariar maior empenho por parte da organização, de forma a atingir esse público.

“As organizações são arenas nas quais coalizões com diferentes interesses, graus diferenciados de envolvimento com os valores preponderantes na organização e capacidades de influenciar tentam dominar” (NEIVA; PAZ, 2012, p. 24).

Em uma perspectiva mais otimista, acredita-se que a organização possui a capacidade de transmitir valores de forma a alterar o comportamento destes, com vistas à sustentabilidade do meio ambiente.

O fenômeno sustentabilidade, por ainda ser uma ação da esfera cultural, pressupõe a importância da transmissão de valores sustentáveis pela empresa aos seus colaboradores a fim de que estes venham a adotar ações e atitudes sistemáticas de ordem ecológica e sustentável no âmbito empresarial e por consequência reproduzirem em seu ambiente familiar e de convívio social. Tornando-se desta maneira passível de traduzir-se em um dado estatístico de valores (BEURON et al., 2014, p. 182).

Todavia, há que se compreender o intuito e a abrangência dos modelos ambientais instituídos. Alguns autores questionam

se as ações de RSC são concebidas e executadas com algum intuito para que sejam conhecidas, reconhecidas e defendidas pelo público interno ou se é pensada como um atributo de competição externa. Por esta ótica, não seria interesse prioritário da organização fazer com que o seu público interno a reconheça como socialmente responsável, mas sim que o mercado lhe dê esta distinção (PARENTE et al., 2013, p. 13).

Na maioria dos casos, o que se observa nas empresas, é a atenção voltada com maior força para o mercado consumidor e não para a conscientização do público interno, o que não a impede de exercer determinada influência sobre ambos. Nesse aspecto, Neiva e Paz (2012, p. 23) relatam que “não tem sido incomum ambientes organizacionais sofrerem sucessivas intervenções para adaptação aos propósitos do mundo globalizado [...], pois do ponto de vista comportamental a organização relevante é a organização percebida pelas pessoas”.

Todavia, apesar de propulsoras da mudança, muitas empresas não conseguem serem percebidas como responsáveis socialmente, conforme relato de Parente et al. (2013, p.1): “os resultados demonstram que as empresas no Brasil, apesar de estarem evoluindo no desenvolvimento de práticas de RSC, ainda não conseguem fazer com que seus empregados a distingam como socialmente responsáveis”.

Mas, independentemente do propósito da Responsabilidade Social instituída, se voltada ao público interno ou externo, importante, a saber, é a existência da relação entre eles quanto à influência que tal modelo pode exercer de forma geral nos indivíduos, conforme sua atividade desenvolvida e localização. Assim como a organização também recebe influência desses públicos para a delimitação, implantação e manutenção dos modelos.

O comportamento social das organizações torna-se explícito no modo de conduzir as atividades internas, que deverão levar em consideração os impactos gerados para

os interessados internos, bem como, nas relações com as partes interessadas externas a organização, que sofrem as consequências advindas de uma determinada decisão tomada pela empresa (BEURON et al., 2014, p. 168).

Nesse ambiente, acredita-se que as ações da Responsabilidade Social Empresarial possuem a capacidade de influenciar a atitude e comportamento de seus funcionários através do envolvimento destes com as organizações (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 4).

Analisando por outra perspectiva, Parente et al. (2013, p. 11) inferem em sua pesquisa que “a avaliação das práticas de RSC independe do estágio de vida da pessoa, ou seja, a avaliação dos funcionários tende a não se diferenciar, mesmo entre aqueles que tenham mais tempo de casa, que teoricamente deveriam conhecer mais as ações das empresas”.

“Torna-se então imprescindível estudar a sustentabilidade como uma questão cultural e comportamental incorporada em todos os níveis organizacionais” (BEURON et al., 2014, p. 167). Essa necessidade se justifica para compreensão da percepção ambiental existente, advinda do cenário formado na relação de consumo da sociedade, e para melhor entrega no que diz respeito aos anseios sociais.

Os estudos que se caracterizam pela aplicação dessa percepção, a qual pode comportar diferentes orientações e abordagens, objetivam investigar a forma como o homem enxerga, interpreta, convive e se adapta à realidade do meio em que vive, principalmente em se tratando de ambientes instáveis ou vulneráveis social e naturalmente (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 60).

Brandalise e Bertolini (2013, p. 31) esclarecem que “a percepção ambiental, decorrente da interpretação dos estímulos externos (informações) e internos (crenças, valores), somado às influências recebidas do meio externo, se reflete nas atitudes e comportamento de aquisição e consumo”. Esse ciclo é realimentado constantemente, por meio da repetição/inserção desses estímulos, sendo passíveis de eventuais transformações, conforme ocorra alterações nestes.

Todavia, o reflexo ocasionado por parte das organizações pode apresentar determinadas particularidades, já que a “forma como a empresa atua e desenvolve suas ações sociais está relacionada com sua cultura e estratégias específicas, variando de acordo com a natureza de suas atividades” (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 4).

Com base em suas percepções formadas, cada indivíduo constrói dentro de si, uma predisposição de reação a um determinado estímulo. Seria uma resposta provável a ser dada em determinada circunstância, o que não significa necessariamente a concretização do ato.

Esse aspecto estaria mais relacionado às crenças e valores do indivíduo. Seria esta a atitude, uma intenção de comportamento.

Silva et al. (2016, p. 61) defendem que a “atitude é uma manifestação de vontade que parte dos valores intrínsecos do indivíduo”. Ela apresenta três componentes: afetivo, relaciona-se com a forma de como o indivíduo se sente quanto a um objeto de atitude; cognitivo, que se refere às crenças; e comportamental, que vem a ser influenciado por diversos outros fatores (SANTOS; SOUZA, 2013).

Outro aspecto a ser observado no âmbito da atitude, é que sua acessibilidade tem implicações importantes para a compreensão de seu funcionamento. Quanto mais acessível é uma atitude na memória, mais intensa é a força da associação objeto-avaliação (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 5).

“Várias tendências sociais, entre elas a preocupação com as conseqüências ambientais provocadas pelo consumo desenfreado, parecem estar moldando os valores dos consumidores ao redor do mundo, evidenciando assim, o consumo consciente” (RODRIGUES et al., 2014, p. 317).

Contudo, apesar desses novos valores que vêm sendo formados no mundo, alguns indivíduos se apresentam indiferentes a essa realidade.

A noção de meio ambiente, assim como é abordada pelo viés científico e midiático na atualidade, ainda não é algo compartilhado pelos cidadãos em sua totalidade, sobretudo entre aqueles particularmente mais idosos. Todavia, isso não quer dizer que tais pessoas de fato desconheçam, na prática, o que conceitualmente é nominado de meio ambiente. (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 70).

Essa constatação reforça a importância de se considerar os fatores internos e pessoais, tais como atitudes, normas, hábitos, bem como os fatores contextuais em que cada indivíduo se encontra inserido (VACCARI et al., 2016, p. 45).

Essa gama de fatores, por sua vez, se mostra responsável pela formação dos indivíduos como cidadãos ativos para a conservação do meio ambiente, isso quando esses fatores são propícios a essa nova cultura.

“Considerando que a atitude pode ser moldada tomando por base as experiências ou informações repassadas, as empresas com práticas de responsabilidade social podem ser impulsionadoras de mudanças de atitudes de seus colaboradores” (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 9).

Se a atitude é a intenção de agir, o comportamento, por sua vez, está representado pela ação efetiva do indivíduo frente uma situação específica. De forma geral, ele está relacionado

aos valores que contextualizam esse indivíduo. Esses valores atuam como guias seletores da conduta humana.

O valor pode ser entendido como norma ou critério, um padrão que dita quais ações devemos ou não manter. Utiliza-se o valor como justificativa para o comportamento, possibilita comparações entre o “eu” e o “outro”, além de permitir julgamentos morais (BEURON et al., 2014, p. 170).

Alguns tipos de valores permitem avaliar em que medida valores específicos influenciam mudanças na organização e qual a probabilidade de ocorrência dessas mudanças (NEIVA; PAZ, 2012, p. 24).

Silva et al., (2016) acreditam que os valores ambientais influenciam os valores pessoais dos indivíduos, de forma que podem mudar de opinião se confrontados com efeitos ambientais de consumo. Todavia, o fato de deter o conhecimento não significa mudança de comportamento, uma vez que as questões pessoais poderão interferir em suas escolhas.

Nesse aspecto, Beuron et al. (2014, p. 171) ressaltam a possível existência de “conflitos entre os valores do indivíduo e da coletividade”, onde tendemos a respeitar os valores individuais ante os demais.

O comportamento é determinado pela atitude, por meio da avaliação positiva ou negativa que o indivíduo faz sobre o comportamento a desempenhar; pelas normas subjetivas, através da pressão social percebida para desempenhar ou não o comportamento; e pelo controle percebido, que nada mais é do que a crença que o indivíduo possui sobre a facilidade ou dificuldade de desempenhar o comportamento (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 8-9).

Apesar da premissa de que o comportamento é guiado pela atitude, Vaccari (2016) ressalta a incoerência do indivíduo, entre seu discurso e suas ações, a falta de correspondência entre suas atitudes e o seu comportamento.

Talvez isso se justifique pelo fato de que “os indivíduos vivem em uma cultura consumista, repleta por significados, que podem ser agentes de satisfação/frustração, como representação de sucesso, poder e distinção social ou como tradutor simbólico do estado de espírito e identidade” (SILVA; LOPES, 2014, p. 80).

Mas Vaccari et al. (2016, p. 47) atribuem essa discrepância entre o comportamento e atitude do indivíduo a alguns fatores externos, como as escolhas limitadas, a falta de infraestrutura, a incerteza científica, o preço elevado, fatores sociais e culturais e fatores situacionais. E a alguns fatores internos como o tempo e recursos financeiros, a capacidade de interpretação das informações, a dificuldade de mudar hábitos, a dificuldade de mudar necessidades psicológicas e sociais, a motivação, a percepção, os valores pessoais e os estilos de vida.

Sabe-se que a consciência ambiental exerce uma determinada influência no comportamento individual, de forma que quanto maior for o nível de consciência do indivíduo, maior deverá ser o seu grau de percepção referente à conduta ecologicamente correta (SILVA et al., 2016, p. 60).

Mas, para Rodrigues et al. (2014) algumas variáveis podem interferir nas orientações atitudinais e comportamentais dos indivíduos acerca das preocupações ambientais. Fatores como idade, sexo, renda e escolaridade podem alterar a percepção e o comportamento frente à sustentabilidade ambiental.

Silva et al. (2016, p. 61), por sua vez, defende que “a consciência ambiental está alinhada às convicções do indivíduo em relação às causas ambientais, seu posicionamento através de ações e atitudes que manifestem comportamento pró-ambiental.”

Todavia, a incoerência existente entre a atitude e o comportamento dos indivíduos, no aspecto ambiental, pode ser evidenciada quando pessoas que afirmam serem conscientes em relação ao meio ambiente utilizam outros critérios de compra em detrimento do critério ecológico na sua decisão. Dessa forma, a predisposição ou atitude ecológica não se transforma em comportamento de compra ou ação favorável ao meio ambiente (VACCARI et al., 2016, p. 45).

Alguns autores explicam que fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos moldam o comportamento de maneira peculiar em cada localidade investigada, o que torna difícil propor “generalizações plenas” de teorias (RODRIGUES et al., 2014, p. 331). Mas ainda assim, é possível identificar a discrepância existente entre a atitude e o comportamento em variadas regiões e situações.

Diversos modelos teóricos têm sido desenvolvidos para tentar explicar a incoerência entre a existência da consciência ambiental e a falta de efetivas ações ligadas ao comportamento ecologicamente consciente, isso porque, compreender esse processo, atitude-comportamento, é crucial para o desenvolvimento de um consumo mais sustentável (VACCARI et al., 2016, p. 45).

No entanto, de volta ao cenário das organizações, frente às peculiaridades nos processos de transformação, percebe-se a necessidade de se ressaltar os valores da organização antes que programas de mudanças sejam implantados. Até mesmo porque, um dos facilitadores da introdução de mudanças nesse ambiente são os valores que proporcionam reforço à autonomia e igualdade entre os indivíduos (NEIVA; PAZ, 2012, p. 35).

“A identificação dos valores organizacionais com os valores pessoais permite despertar no funcionário o sentimento de afinidade e admiração pela empresa e,

consequentemente pode acarretar na motivação em direção ao comprometimento” (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 11). Mas é necessário que exista afinidade entre estes valores, para que sejam condizentes e não contrários entre si.

Esses valores se apresentam com grande destaque na estratégia da organização por meio das crenças, constructos motivacionais, princípios que norteiam a seleção e avaliação de ações políticas, pessoas e eventos (BEURON et al., 2014, p. 166-167).

Mas, a busca pela compreensão desses valores necessita prioritariamente de um reconhecimento das mudanças sociais e históricas, já que muitas vezes a arquitetura organizacional e os valores dos indivíduos respondem de maneira simbólica a tais mudanças, adequando-se em função do cumprimento de seus objetivos (BEURON et al., 2014, p. 170).

Neiva e Paz (2012, p. 31), retratam a “atitude de temor em relação às mudanças organizacionais, pois aqueles que menos temem a introdução de mudanças são aqueles que mais percebem a existência de mudanças no mundo como a organização busca seus resultados”.

Esse temor pode existir dentro da Instituição como uma espécie de barreira para a ocorrência das mudanças que se fazem necessária, quando o mesmo se fizer presente em grande parte dos funcionários.

No entanto, a “partir da adoção de práticas de responsabilidade social empresarial, as empresas podem obter benefícios, evidenciando um comprometimento dos funcionários com a empresa” (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 11). A existência deste comprometimento tende a findar com o temor à mudança, proporcionando maior segurança entre os envolvidos dentro da organização.

Parente et al. (2013, p. 13) contudo, constatou em sua pesquisa “que as melhores empresas para se trabalhar que possuem práticas mais consolidadas em RSC não necessariamente são reconhecidas como tais pelos seus empregados”.

Essa constatação pode desmotivar a implantação de tais práticas dentro das organizações. Mas, um aspecto que deve ser observado é como essas práticas são apresentadas aos seus empregados, para que não apenas sejam compreendidas como absorvidas pelos mesmos.

Diante da evolução dos fatos, avanços e retrocessos, utopias e frustrações, o caminho para o consumo consciente é complexo, mas não impossível, pois está repleto de aprendizados dos erros do passado e do presente e de oportunidades para escolhas responsáveis (SILVA; LOPES, 2014, p. 80).

## 2.4 A PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES ORGANIZACIONAIS

Cientes da importância do comportamento dos colaboradores rumo ao sucesso de projetos ambientais nas empresas, diversos pesquisadores voltaram seus esforços para o levantamento de informações acerca da percepção que os mesmos têm formado sobre a Responsabilidade Social Empresarial no ambiente de trabalho.

“Diante desse cenário, alguns autores vêm se preocupando em estudar a relação existente entre RSC e os empregados” (PARENTE et al., 2013, p. 2).

Dentro dessa perspectiva, alguns trabalhos foram selecionados para proporcionarem maior fundamentação ao presente estudo, conforme relação no Quadro 1:

**Quadro 1** – Relação de pesquisas com colaboradores que embasaram o estudo.

<b>Autores / Ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Descrição</b>
Freitas; Senna; Alves, 2012.	Analisar a percepção dos funcionários das Escolas Estaduais do Ensino Fundamental, localizadas no Município de São Gabriel-RS, sobre a educação ambiental no seu ambiente de trabalho.	Diante da importância da questão ambiental para a sociedade, a proposta deste trabalho é analisar a percepção dos funcionários das escolas estaduais de ensino fundamental, localizadas no Município de São Gabriel-RS, sobre a educação ambiental no seu ambiente de trabalho.
Neiva; Paz, 2012.	Verificar os fatores que influenciaram as mudanças individuais e organizacionais percebidas pelos funcionários de uma organização pública.	Compreende os fatores que influenciam a percepção de mudanças em uma organização pública, relacionando variáveis do nível organizacional e do nível individual à implantação de um programa de mudança.
Parente; Penha; Fischer, 2013.	Identificar se as melhores empresas para se trabalhar, que possuem práticas mais consolidadas em RSC no Brasil, são reconhecidas como tais pelos seus empregados.	Focada na percepção dos empregados em relação às empresas, ou seja, como o público interno observa e avalia a empresa em que trabalha em relação à Responsabilidade Social Corporativa como um todo, e não apenas no aspecto voltado para o público interno em si.
Santos; Souza, 2013.	Explicar por meio da Teoria do Comportamento Planejado, como as práticas de SER podem influenciar o comprometimento organizacional.	Ensaio teórico que visa contribuir na explicação da maneira pela qual o indivíduo pode tornar-se comprometido com a organização, cujo objetivo é compreender por meio da Teoria do Comportamento Planejado, como as práticas de Responsabilidade Social Empresarial podem influenciar o comprometimento organizacional dos seus colaboradores
Nalesso; Stipp; Ramos; Sousa, 2013.	Verificar se a Responsabilidade socioambiental é um valor para o público interno da holding Algar, controladora de um grupo empresarial de atuação nacional (Grupo Algar).	A partir da consideração da influência da cultura sobre a RSC, o artigo buscou verificar se a responsabilidade socioambiental é um valor compartilhado pelos membros da organização, ou se é artefato da cultura organizacional, bem como verificou-se o nível de compartilhamento do valor responsabilidade socioambiental por parte dos membros da empresa.
Araújo; Bezerra; Carpio; Santos; França; Guimarães, 2014.	Verificar a partir da percepção de colaboradores, se a empresa pesquisada, localizada no Polo Industrial de Manaus e que possui Sistema de Gestão Ambiental, contribui para a educação ambiental dos seus funcionários ou em suas práticas pessoais e profissionais.	Especificamente pretende-se identificar: - se e como ocorre o processo de educação ambiental em empresa com certificação ISSO 14.001; - se a empresa pesquisada apóia e incentiva a criação de projetos pelos seus colaboradores que visam à preservação ambiental; - se decorrentes dos processos de gestão ambiental e educação ambiental, ocorrem reflexões e mudanças de atitudes referentes a questões ambientais no contexto profissional e pessoal dos trabalhadores da empresa estudada; - e ainda verificar o grau de interesse dos funcionários com relação às questões ambientais.
Beuron; Madruga; Ávila; Galvão; Schuch Jr., 2014.	Investigar os valores organizacionais a partir da percepção dos empregados de uma organização inserida no contexto da sustentabilidade e contribuir para a ideologia buscada pelas organizações.	Compreender o perfil de valores organizacionais de uma empresa que apresenta uma postura e imagem associada a um ambiente sustentável, utilizando práticas ambientalmente corretas em suas ações e práticas, divulgadas nos relatórios da empresa, visando maior transparência na relação com os interessados internos e externos.



Andrade; Estivaleta; 2015.	Costa; Lengler, 2015. Analisar a influência dos valores relativos ao trabalho e da satisfação no trabalho sobre os comportamentos de cidadania organizacional, segundo a perspectiva dos colaboradores de uma empresa do setor educacional.	Diante da importância do CCO, bem como da investigação acerca dos antecedentes, mais especificamente no que tange aos valores relativos ao trabalho e a satisfação no trabalho elabora-se o presente estudo, no qual é utilizado um instrumento de medida que tem como objetivo avaliar o grau de satisfação do trabalhador frente a cinco dimensões de seu trabalho.
----------------------------	---	---

Freitas et al. (2012), a exemplo dos estudos selecionados, publicaram uma pesquisa focada na percepção dos funcionários sobre a Educação Ambiental em escolas estaduais do Rio Grande do Sul. O objetivo em si, consistia em analisar a percepção dos funcionários das Escolas Estaduais do Ensino Fundamental, localizadas no Município de São Gabriel-RS, sobre a educação ambiental no seu ambiente de trabalho.

A Pesquisa se fundamentou na crença de que a educação ambiental ainda é entendida por muitos apenas como a transmissão de conhecimentos ecológicos num enfoque disciplinar restrito. Porém, quando vista como educação política, ela assume papel relevante na mudança da realidade, pois deve preparar o indivíduo para participar da resolução de problemas de sua comunidade (FREITAS et al., 2012, p. 1671).

Concluiu-se nesse estudo que a Educação Ambiental está inserida “de diferentes formas e intensidades no ambiente escolar. A preocupação Ambiental e a mudança comportamental voltadas para o meio ambiente hoje, são expressos na comunidade escolar, que compreende professores, gestores, alunos e funcionários” (FREITAS et al., 2012, p. 1679).

Neiva e Paz (2012), por sua vez, desenvolveram um estudo com a proposta de compreender os fatores que influenciaram a percepção de mudanças individuais e organizacionais pelos funcionários de uma organização pública que sofreu intervenções durante quatro anos.

O estudo foi desenvolvido em três etapas, com a utilização da abordagem cognitiva, baseada na percepção das pessoas sobre os processos de mudança. Os resultados indicaram os valores organizacionais de autonomia e igualitarismo, além das atitudes de aceitação e temor, como os preditores mais frequentes das mudanças percebidas (NEIVA; PAZ, 2014).

Para a pesquisa, foi construído um instrumento de percepção de mudanças individuais e organizacionais a partir da análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com todos os coordenadores do programa de mudanças e com os profissionais de recursos humanos da instituição envolvidos (NEIVA; PAZ, 2014, p. 28).

De maneira geral, pode-se concluir que o modelo proposto agrega variáveis capazes de explicar as mudanças individuais e organizacionais percebidas pelos membros da organização. Assim sendo, o modelo pode ser considerado como validado pelo estudo e apresenta suporte para algumas fundamentações teóricas. Contudo, as

relações entre as variáveis podem ser mais bem exploradas, pois trata-se de estudo inicial, com abordagem quantitativa com amostra restrita a uma única organização (NEIVA; PAZ, 2014, p. 35).

Seguindo nessa perspectiva, Parente et al. (2013), basearam suas pesquisas na busca por indícios que denotassem que as melhores empresas para se trabalhar, com práticas mais consolidadas em Responsabilidade Social Corporativa no Brasil, eram reconhecidas dessa forma pelos seus empregados.

A pesquisa foi focada na percepção dos empregados em relação às empresas, conforme o público interno observava e avaliava a empresa em que trabalhava em relação à Responsabilidade Social Corporativa como um todo, e não voltada apenas para si. Para tanto, utilizou-se a base de dados da pesquisa Melhores Empresas para Você Trabalhar (MEPT) (PARENTE et al., 2013).

Observou-se nesse estudo que a RSC é relevante na identidade organizacional das empresas pesquisadas, contudo, quanto maior o seu nível, “menor seria a avaliação dos funcionários. Portanto, as ações de RSC podem ainda não gerar conhecimento suficiente para que o público interno reconheça as ações das empresas” (PARENTE et al., 2013, p. 10-11).

Dessa forma, “o estágio de RSC em que a empresa se encontra, com práticas consolidadas ou não, tende a não estar relacionado com as percepções que os colaboradores possuem sobre a RSC das empresas em que trabalham” (PARENTE et al., 2013, p. 11).

Os resultados demonstraram que no Brasil, as empresas têm apresentado evolução nas práticas de RSC, todavia ainda não são percebidas pelos seus empregados como socialmente responsáveis” (PARENTE et al., 2013, p. 1).

Constatou-se que as melhores empresas para se trabalhar que possuem práticas mais consolidadas em RSC não necessariamente são reconhecidas como tais pelos seus empregados. Tal constatação levanta ao questionamento se as ações de RSC são concebidas e executadas com algum fim de que sejam reconhecidas pelo público interno das organizações. Dado que muitos autores defendem um maior conhecimento por parte dos funcionários em relação às práticas de RSC das organizações, bem como que a empresa busque engajar esse público em suas ações de RSC (PARENTE et al., 2013, p. 13).

Com o objetivo de explicar, por meio da Teoria do Comportamento Planejado, como as práticas de Responsabilidade Social Empresarial podem influenciar o comprometimento organizacional, Santos e Souza realizaram um ensaio teórico inovador. Este possibilitou uma maior compreensão de como as práticas de Responsabilidade social empresarial podem influenciar no comprometimento dos colaboradores (SANTOS; SOUZA, 2013).

Observou-se “que os funcionários que valorizam as práticas de RSE desenvolvem uma relação de confiança e dedicação com a empresa, favorecendo a intenção de

comprometimento, podendo resultar em uma ação comportamental”. (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 1).

As discussões apresentadas permitem conjecturar que os colaboradores que avaliam positivamente as práticas socialmente responsáveis da empresa a qual pertencem, podem tornar-se mais comprometidos com a organização. O compromisso e as ações decorrentes são, então, mediados pela intenção comportamental. Sendo assim, o comprometimento se efetivará tanto a nível atitudinal – no qual o funcionário desenvolverá a intenção de comprometer-se –, quanto a nível comportamental. Neste último caso, as ações determinarão as crenças que sustentam o envolvimento com a organização. Dessa forma, o comportamento de indivíduos comprometidos, em casos que haja o controle volitivo, pode englobar a dedicação extra ao trabalho e o desempenho de funções além do previsto nas normas da empresa (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 13).

Em síntese, os resultados deste ensaio forneceram explicações plausíveis sobre Responsabilidade Social Empresarial e comprometimento organizacional utilizando a Teoria do Comportamento Planejado para isso, possibilitando a construção de estudos futuros (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 13).

Já Nalesso et al. (2013) realizaram um estudo de caso voltado para o público interno da holding Algar, controladora de um grupo empresarial de atuação nacional (Grupo Algar).

O estudo objetivou verificar, a partir da consideração da influência da cultura sobre a Responsabilidade Social Corporativa, se a responsabilidade socioambiental é um valor compartilhado pelos membros da organização, ou se é artefato da cultura organizacional. Bem como o nível de compartilhamento do valor responsabilidade socioambiental por parte dos membros da empresa (NALESSO et al., 2013, p.1).

Os dados obtidos na pesquisa sugeriram que a responsabilidade ambiental é ainda pouco percebida como valor da organização pelos colaboradores, assim como a questão ambiental ainda não está consolidada na percepção dos mesmos. Observa-se ainda um nível de diferenciação entre os colaboradores, onde nota-se subculturas distintas coexistindo na organização (NALESSO et al., 2013, p. 3).

Os resultados sugeriram que, do ponto de vista da responsabilidade social, a cultura da organização parece estar no nível das crenças e valores assumidos, já que muitos conhecem os projetos de responsabilidades socioambiental e deles participam. Sob a perspectiva do valor ambiental, os resultados sugeriram que a cultura da organização apresenta-se no nível dos artefatos e este ainda não foi internalizados pelos membros da empresa. Com relação ao nível de compartilhamento do valor Responsabilidade socioambiental, os dados sugeriram que a organização encontra-se no nível da diferenciação (NALESSO et al., 2013, p. 1).

Araújo et al. (2014), seguindo na mesma via, realizaram uma pesquisa sobre o pólo industrial de Manaus, onde o objetivo foi identificar, a partir da percepção de colaboradores, se a empresa pesquisada contribui para a educação ambiental dos seus funcionários ou em suas práticas pessoais e profissionais.

Pesquisou-se ainda, dentre outros itens, se, decorrentes dos processos de gestão ambiental e educação ambiental, ocorrem reflexões e mudanças de atitudes referentes a questões ambientais no contexto profissional e pessoal dos trabalhadores da empresa estudada (ARAÚJO et al., 2014).

Foi possível concluir nesta pesquisa, que a Educação Ambiental, como uma ferramenta advinda do Sistema de Gestão Ambiental, contribuiu para o processo de conscientização dos colaboradores, onde estes adquiriram condições de assumir o papel de agentes de mudança em qualquer contexto e situação, influenciando inclusive, em suas práticas pessoais e profissionais, bem como, adquiriram a capacidade de disseminar informações sobre a temática ambiental para aqueles que o circundam, como seus familiares, amigos e colegas de trabalho; além de que adquiriram um elevado grau de interesse em relação às questões ambientais (ARAÚJO et al., 2014, p. 3588).

Constatou-se que a educação ambiental nas empresas “conduz os profissionais a uma mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente interno e externo às organizações, despertando a conscientização para a ação e a busca de soluções concretas para os problemas ambientais que ocorrem” (ARAÚJO et al., 2014, p. 3589).

Nesse mesmo período, Beuron et al. (2014), publicaram um estudo que teve por objetivo compreender melhor o perfil de valores organizacionais de uma empresa que apresentava uma postura e imagem associada a um ambiente sustentável.

A busca por respostas para questionamentos ainda com pouco estudo empírico, originou a referida pesquisa. Perguntas estas, como: a adoção de uma gestão socioambiental se reflete nos valores dos empregados? As empresas realmente sabem qual a sua cultura de valores? Os valores definidos no marco filosófico da organização são vivenciados pelos empregados? Como incorporar os valores estabelecidos socialmente aos valores organizacionais? (BEURON et al., 2014, p. 167).

A população da pesquisa foi composta pelos empregados da organização e resultou em achados que destacaram o perfil de valores predominantes e contribuíram para a gestão da cultura por meio do fortalecimento dos valores essenciais para o alcance das dimensões pretendidas pela organização (BEURON et al., 2014).

Dentre os valores principais, percebe-se nos dados obtidos, que alguns valores organizacionais que possuem ligação com o contexto da sustentabilidade não obtiveram as médias mais relevantes, o que aponta que estes valores devem ser trabalhados e fortalecidos na gestão organizacional (BEURON et al., 2014, p. 176).

Beuron et al. (2014) alertam ainda que o uso de escalas de percepção podem não apresentar resultados estatísticos definitivos, uma vez que o assunto sustentabilidade ainda é algo muito novo para a maioria das pessoas, e às vezes até desinteressante, mesmo em uma empresa que possui uma imagem socioambiental reconhecida perante a sociedade.

Andrade et al.(2015), em complemento a esta onda, realizaram um estudo que consistia em analisar, junto aos colaboradores de uma empresa do setor educacional, a influência dos valores relativos ao trabalho e da satisfação no trabalho sobre os comportamentos de cidadania organizacional (CCO), segundo a perspectiva dos colaboradores de uma empresa do setor educacional.

Adotou-se na pesquisa um “instrumento de medida que tem como objetivo avaliar o grau de satisfação do trabalhador frente a cinco dimensões do seu trabalho: relacionamento com os colegas de trabalho; salário; chefia; natureza do trabalho; e sistema de promoções” (ANDRADE et al., 2015, p. 3).

Os resultados revelaram que os valores relativos ao trabalho e a satisfação no trabalho influenciam positivamente os comportamentos de cidadania organizacional, sendo os valores independentes de maior influência (ANDRADE et al., 2015).

Os resultados obtidos nesse estudo sugerem algumas reflexões acerca dos antecedentes dos comportamentos de cidadania organizacional. Em relação à satisfação no trabalho, destaca-se a relevância da Satisfação com a Chefia. Outra constatação recai sobre os valores cujo enfoque está associado aos interesses coletivos e individuais. Onde depreende-se que os valores relativos ao trabalho, independente dos interesses priorizados pelos indivíduos, os quais podem ser de natureza individual ou coletiva, atuam como antecedentes dos CCO (ANDRADE et al., 2015, p. 13).

Observa-se assim, que apesar dos diferentes ambientes organizacionais e de resultados variados, ainda assim a atenção tem sido voltada ao público interno das organizações, não pela curiosidade em si, mas pelo valor imensurável que estes indivíduos agregam aos objetivos da empresa.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Esta pesquisa adotou o caráter de pesquisa exploratória, por buscar informações sobre o padrão do comportamento dos funcionários de Instituições Financeiras distintas frente à sustentabilidade empresarial. Tema pouco explorado em outros estudos, com limitações em algumas abordagens.

Foi realizada através de levantamento dos dados com corte transversal, com a coleta de informações da amostra realizada uma única vez, para identificação e familiarização com os itens causadores de dificuldades na adesão de programas sustentáveis ambientalmente em um dado momento. Contemplou os aspectos qualitativo e quantitativo, visto que apesar de abordagens diferentes, um método não necessariamente anula o outro.

#### **3.2 POPULAÇÃO**

Malhotra (2006, p. 320) define população como: “A soma de todos os elementos que compartilham algum conjunto comum de características e que compreende o universo para o problema de pesquisa de marketing”.

Sendo o universo de estudo, parte das agências de cinco grandes Instituições Financeiras em Goiânia, foi realizada uma amostra não probabilística por conveniência, com aplicação de questionários a 71 empregados efetivos, que possuíam como característica comum a atuação em Instituições bancárias da cidade de Goiânia.

De um total de 69 questionários válidos, 36 foram aplicados em Bancos privados e 33 foram aplicados em Bancos públicos.

#### **3.3 PROCEDIMENTOS**

Os dados foram coletados através da Observação Estruturada / Não-disfarçada.

Observação Estruturada, conforme Malhotra (2006, p. 198) são “Técnicas de observação em que o pesquisador define claramente os comportamentos a serem observados e os métodos pelos quais serão medidos.”

Seguindo a sistemática deste tipo de observação, determina-se que o comportamento a ser observado, será a percepção e conduta dos funcionários diante de estratégias estipuladas

pelas Instituições para a atuação consciente, com o intuito de compreender se há adesão a esse modelo, e em caso negativo o motivo pelo qual esses indivíduos ainda não aderiram abertamente esse modelo desenhado. Este levantamento será realizado através da aplicação de questionários, com perguntas estratégicas para a obtenção dos dados necessários.

Malhotra (2006, p.198) esclarece ainda que a observação não-disfarçada se dá pelo fato de que “os entrevistados sabem que estão sendo analisados.”

Esse fator não deve constranger os entrevistados, tendo em vista que a busca se dá por opiniões individuais sobre as dificuldades que cada um encontra frente aos processos voltados à sustentabilidade.

### **3.4 INSTRUMENTOS**

O instrumento utilizado na coleta de dados foi o questionário, por ser o mais específico nos aspectos que se desejava investigar, bem como por apresentar natureza impessoal, conforme sua elaboração.

Marconi e Lakatos (2010, p. 149) alertam sobre um cuidado necessário no momento da coleta de dados, quando relatam: “O rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos resultantes de entrevistadores inexperientes ou de informantes tendenciosos”.

Optou-se por este instrumento de pesquisa por observar que o mesmo supria as necessidades demandadas pelo estudo, além de ser esta uma ferramenta que permite ser direcionada ao ponto específico de investigação, porém que exige um cuidado maior na execução. Ele permite uma maior confiança aos respondentes, decorrentes do anonimato, proporcionando dessa forma, respostas mais próxima da realidade.

Todavia, sabe-se da limitação desta ferramenta ocasionada eventualmente pelo desinteresse dos entrevistados, por desacreditarem em possíveis melhoras decorrentes do estudo, por desconhecimento do tema, e até mesmo por temor em relação a represálias por parte das organizações.

Foi utilizado na elaboração do questionário a escala de Likert com 5 proposições de respostas, pois ela possibilita medir as atitudes do entrevistado, além de perguntas objetivas nas questões de 1 a 7.

O questionário tem seu início explicando sobre a pesquisa e seu objetivo, que versa sobre o comportamento e a percepção apresentados por servidores de Instituições Financeiras

no processo de adesão às políticas de sustentabilidade: Comparativo entre Instituições públicas e privadas.

Apresenta duas questões filtro inicialmente, com a finalidade de confirmar a seleção do público alvo.

Foram elaborados 3 blocos de perguntas:

- 1º bloco – destinado a avaliação da percepção dos funcionários sobre a postura responsável ambientalmente das Instituições financeiras em que trabalham, composto por 22 questionamentos;

- 2º bloco – destinado a avaliar a atitude apresentada pelos funcionários das Instituições Financeiras frente à responsabilidade socioambiental, composto por 8 questões;

- 3º bloco – formado por 10 questões que buscam avaliar o comportamento apresentado pelos funcionários frente à responsabilidade socioambiental.

Em seguida, foi disponibilizado quatro opções que, de acordo com a opinião dos respondentes, revelam o que mais dificulta a implementação de práticas sustentáveis dentro da agência de atendimento bancário.

O final do questionário foi formado com questionamentos acerca do perfil do respondente, que abrange desde o sexo ao tempo de atuação na empresa.

A elaboração do questionário foi embasada em outros estudos na ambiência da sustentabilidade socioambiental, com abordagens da educação ambiental, colaboradores e bancos. Foram eles: Andrade et. al (2015), Araújo et al. (2014), Feitosa et al. (2014), Medeiros (2012), Parente et al. (2013), Santos; Souza (2013), Santos; Porto (2014), Silva (2013), Silva; Lopes (2014), Vêras (2009).



## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Após a realização do levantamento e coleta dos dados necessários, foi realizada a tabulação manual dos mesmos, criação de um banco de dados para utilização do software IBM SPSS *Statistics* em busca dos resultados, os quais foram em seguida analisados e interpretados.

Apesar de pouco usual a utilização deste software quando da utilização de dados da escala ordinal, o processo se mostrou adequado. Tendo como Hipótese implícita a concepção da existência de percepções e comportamentos diferentes entre as Instituições Públicas e Privadas, o Teste t evidenciou quando as médias obtidas apresentaram diferenças significativas, onde  $(p) \leq 0,05$ , concebendo a existência de diferença entre os resultados obtidos na pesquisa.

Para itens onde  $(p) \geq 0,05$  depreende-se que a diferença existente entre os dois tipos de Instituições não é significativa, de forma que esta diferença não deve ser considerada a nível de avaliação no presente estudo.

Marconi e Lakatos (2010, p. 151) traduzem a análise como sendo: “A tentativa de evidenciar as relações entre o fenômeno estudado e outros fatores.”

É preciso orientar-se com base nos objetivos, para a classificação dos dados, além de associá-los ao material levantado com base na literatura estudada.

Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 152).

É importante que durante a análise e a discussão dos dados pesquisados haja clareza e acessibilidade por parte do pesquisador, de forma a tratar os resultados sem distorções, pois esses são processos que trarão valor à pesquisa.

### 4.1 DADOS

Os dados analisados foram obtidos por meio da aplicação de 71 questionários, entre os meses de fevereiro a maio do ano de 2017, em cinco Instituições distintas, duas públicas e três privadas.

Destes, dois questionários foram invalidados por terem sido respondidos apenas parcialmente. Dentre os 69 questionários válidos, 13 perguntas não foram respondidas, por

insegurança ou falta de informação dos entrevistados, sendo estas registradas para acompanhamento.

Para as questões da escala de Likert, foi adotado o peso de 1 a 5 para cada resposta obtida, sendo as questões deixadas em branco nulas. Foi montado um banco de dados para utilização do software IBM SPSS *Statistics*, o qual forneceu as médias encontradas nas tabelas apresentadas.

Os dados obtidos foram subdivididos em quatro itens: perfil, percepção, atitude e comportamento.

#### 4.1.1 PERFIL

##### - Instituições Públicas

Nas Instituições Públicas prevaleceu entre os respondentes o gênero masculino, a faixa etária de 26 a 35 anos, a renda familiar predominante foi a classe B1, o que denotou melhor nível socioeconômico nas Instituições Públicas que nas Privadas. Uma situação intrigante foi a de um dos respondentes de Instituições Públicas se declarar com renda familiar entre R\$641,00 a R\$1.450,00, classe D, visto que o piso salarial dos Bancos Públicos é superior a este valor.

A renda média familiar foi definida por aproximação, conforme o Critério de Classificação Econômica Brasil, produzido pela ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa 2015. O Estrato Sócio Econômico varia entre A, B1, B2, C1, C2 e D-E.

Dentre os cargos ocupados a maioria dos respondentes se declarou Técnico bancário, com Ensino Superior completo e com mais de 20 anos de atuação na Instituição.

A tabela 1 apresenta os percentuais encontrados nos questionários aplicados.

**Tabela1** – Perfil Geral Bancos Públicos

<b>Sexo</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>Renda Familiar</b>
Feminino – 45,4%	18 a 25 anos – 6,1%	R\$641,00 a R\$1.450,00 – 3%
Masculino – 54,6%	26 a 35 anos – 36,4%	R\$1.451,00 a R\$2.410,00 – 3%
	36 a 45 anos – 18,2%	R\$2.411,00 a R\$4.430,00 – 18,2%
	46 a 55 anos – 24,2%	R\$4.431,00 a R\$8.700,00 – 27,3%
	> 56 anos – 15,1%	R\$8.701,00 a R\$20.300,00 – 48,5%

<b>Cargo Ocupado</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de atuação</b>
Técnico bancário – 30,3%	Ensino médio – 3%	De 1 a 5 anos – 21,2%
Caixa – 3%	Superior Incomp. – 15,2%	De 6 a 10 anos – 12,2%
Tesoureiro – 6,1%	Ensino Superior – 54,6%	De 11 a vinte anos – 33,3%
Assistente – 21,2%	Pós-graduação – 24,2%	Acima de 20 anos – 33,3%
Supervisor – 6,1%	Mestrado – 3%	
Gerente – 21,2%		
Outros – 12,1%		

Fonte: Pesquisa de campo

#### - Instituições Privadas

Do perfil observado nos 36 entrevistados em Bancos Particulares, a maioria pertence ao gênero masculino, com faixa etária predominante entre 26 a 35 anos e renda familiar enquadrada na categoria B2.

Dentre a ocupação dos cargos elencados dentro das Instituições financeiras, quase a metade dos entrevistados nas unidades particulares declararam ocupar cargo gerencial, o que poderia ser interpretado como uma limitação da pesquisa, devido ao risco de respostas tendenciosas no intuito de propagar boa imagem da Instituição, fruto do peso que o cargo imputa ao funcionário.

O nível de escolaridade se destacou com o Ensino superior completo e o tempo de atuação mais indicado é de 1 a 5 anos de trabalho na empresa.

A tabela 2 apresenta os percentuais encontrados nos questionários aplicados nos Bancos Particulares.

**Tabela 2 – Perfil Geral Bancos Particulares**

<b>Sexo</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>Renda Familiar</b>
Feminino – 41,7%	18 a 25 anos – 16,6%	R\$1.451,00 a R\$2.410,00 – 5,6%
Masculino – 55,5%	26 a 35 anos – 50%	R\$2.411,00 a R\$4.430,00 – 33,3%
Não respondeu – 2,8%	36 a 45 anos – 16,6%	R\$4.431,00 a R\$8.700,00 – 38,9%
	46 a 55 anos – 11,1%	R\$8.701,00 a R\$20.300,00 – 22,2%
	> 56 anos – 2,7%	
	Não respondeu – 3%	

<b>Cargo Ocupado</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de atuação</b>
Caixa – 16,7%	Ensino médio – 2,8%	Até 1 ano – 2,8%
Assistente – 11,1%	Superior Incomp. – 16,7%	De 1 a 5 anos – 30,6%
Supervisor – 13,9%	Ensino Superior – 55,5%	De 6 a 10 anos – 27,8%
Gerente – 47,2%	Pós-graduação – 11,1%	De 11 a vinte anos – 19,4%
Outros – 11,1%		Acima de 20 anos – 19,4%

Fonte: Pesquisa de campo

#### 4.1.2 PERCEPÇÃO

A percepção nada mais é do que a compreensão que o indivíduo forma, por meio de estímulos recebidos, os quais são processados acerca de um determinado item. É a informação absorvida de um fator especificamente, em meio a situações diversificadas.

Nesse aspecto, este bloco avaliou como os funcionários percebem a postura ambiental adotada pelas Instituições financeiras em que atuam. Constatou-se que, de forma geral, os colaboradores dos Bancos Privados estão percebendo pouco melhor suas empresas que os empregados das Instituições Públicas. Eles percebem a existência de uma política ambiental formal no banco, de conhecimento da maioria dos servidores, e que consta no código de conduta ou nos valores da organização.

Já os colaboradores de Instituições públicas, apesar de perceberem a política ambiental da instituição, não a concebem como de conhecimento de todos, mas a percebem nos valores da organização, conforme retrata a tabela 3.

**Tabela 3** – Indicadores da postura responsável ambientalmente das Instituições Financeiras

Proposições fornecidas: Sim x Não	Instituição Pública				Instituição Privada			
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%
<b>N = 69</b>								
1. O banco possui uma política ambiental formal?	29	87,9	4	12,1	32	88,9	4	11,1
2. Essa política é de conhecimento de todos os servidores?	14	42,4	19	57,6	23	63,9	13	36,1
3. Ela consta no código de conduta ou nos valores da organização?	26	78,8	7	21,2	28	77,8	8	22,2
4. O banco possui lixeiras próprias para coleta seletiva?	11	33,3	22	66,7	12	33,3	24	66,7
5. Possui torneiras e/ou descargas com mecanismo de racionalização no uso de água?	14	42,4	19	57,6	18	50	18	50
6. Existe alguma tecnologia/ação que minimize a entrada de materiais de insumo no banco?	11	33,3	22	66,7	12	33,3	24	66,7
7. O banco possui programas de reciclagem de papel?	19	57,6	14	42,4	15	41,7	21	58,3

Fonte: Pesquisa de campo

Alguns dos itens praticados em menor escala pelas instituições, indicados pelas opções dos respondentes, correspondem à promoção de palestras ou seminários que incentivem a conscientização ambiental de seus colaboradores; e a prática da mensuração dos resultados obtidos com programas e/ou campanhas de preservação ambiental. Este último por sua vez, apresenta uma diferença significativa favorável aos Bancos particulares, indicando uma postura mais proativa neste quesito por parte destes.

A avaliação desfavorável apontada em tais itens, identifica a carência da Educação Ambiental dentro da organização, fator que deve ser levado em consideração em virtude da pesquisa realizada por Freitas et al. (2012), que aborda a assunção de um papel relevante por parte desta Educação na mudança da realidade, através do preparo do indivíduo. Araújo et al. (2014) corrobora este resultado, ao afirmar em sua pesquisa que a Educação ambiental proporciona aos indivíduos condições de assumir o papel de agente de mudança em qualquer contexto ou situação, bem como a capacidade de disseminar informações sobre a temática.

Entretanto, a avaliação dos colaboradores aponta que ambas as Instituições tem a preocupação em respeitar o meio ambiente, além de abordarem de alguma forma a preservação ambiental em sua missão, sua visão e seus valores. Este item foi corroborado pelo item 3, no qual os respondentes asseguram que os bancos em que atuam, possuem uma política ambiental formal, a qual consta no código de conduta ou nos valores da organização.

Estes por sua vez, contrariam a perspectiva de Nalesso et al. (2013) que sugeriram nos resultados obtidos em sua pesquisa, que a responsabilidade ambiental é ainda pouco percebida como valor da organização pelos colaboradores.

Os Bancos particulares obtiveram resultados favoráveis que se destacaram dos Bancos públicos em outros sete itens deste bloco, como: os mecanismos formais para acompanhar críticas e sugestões dos colaboradores; incentivo a projetos ambientais desenvolvidos pelos funcionários; preocupação com o desperdício de água e energia elétrica em suas agências; gerenciamento do consumo de energia; utilização de papel reciclado; gerenciamento de impressão; e por fim, a exposição pública de seus compromissos ambientais.

Depreende-se que apesar de sutil, existe uma melhor visibilidade da Instituição por seus colaboradores, no aspecto de conservação ambiental, no âmbito dos Bancos privados.

Todavia, esse resultado não pode ser interpretado como um fato indubitável. Parente et al. (2013) concluíram em seus estudos, que pode não haver relação entre o nível da Responsabilidade Social Corporativa que a organização possui, com a percepção que seus colaboradores apresentam dela. As ações provenientes da RSC podem não ser suficientes para o reconhecimento que os funcionários venham a apresentar a esse respeito.

A tabela 4 apresenta as médias obtidas por meio software IBM SPSS nos itens de análise da percepção.

**Tabela 4** – Percepção dos funcionários sobre a postura responsável ambientalmente das Instituições Financeiras

Proposições fornecidas: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Às vezes, 4- Frequentemente, 5- Sempre.	N	Média Geral	Desvio Padrão	Média Pública	Média Particular	Teste t (p)
8 O banco tem a preocupação em respeitar o meio ambiente?	69	4,08	0,81	3,94	4,22	0,15
9 A missão, a visão e os valores do banco abordam de alguma forma a preservação ambiental do planeta?	69	3,94	0,90	3,90	3,97	0,77
10. O banco possui alguma política que visa à reutilização de insumos?	69	2,98	1,23	2,96	3,00	0,92
11. O banco disponibiliza informações como políticas internas de preservação ambiental e treina os colaboradores para que possam compreendê-las e aplicá-las?	69	3,10	1,10	3,03	3,16	0,61
12. O banco promove palestras ou seminários que incentivam a conscientização ambiental de seus colaboradores?	69	2,63	1,04	2,57	2,69	0,64
13. O banco tem a preocupação em difundir e incentivar os colaboradores a adotarem práticas de preservação da natureza?	69	3,28	1,09	3,18	3,38	0,43
14. O banco possui mecanismos formais para ouvir, avaliar e acompanhar sugestões e críticas dos colaboradores com o objetivo de agregar novos conhecimentos no aspecto ambiental?	69	2,88	1,25	2,48	3,25	<b>0,01</b>
15. O Banco apóia e incentiva projetos ambientais desenvolvidos pelos funcionários?	69	3,00	1,13	2,69	3,27	<b>0,03</b>
16. O banco se preocupa com a coleta seletiva de materiais?	69	3,01	1,19	2,87	3,13	0,37
17. O banco se preocupa com o desperdício de água e de energia elétrica em suas agências?	69	3,88	1,10	3,42	4,30	<b>0,00</b>
18. O banco realiza gerenciamento do consumo de energia?	69	3,69	1,16	3,30	4,05	<b>0,00</b>
19. O banco se preocupa em utilizar papel reciclado em suas agências?	69	2,84	1,23	2,54	3,11	<b>0,05</b>
20. O banco realiza gerenciamento de impressão/quantidade de papel utilizado?	69	3,63	1,41	3,18	4,05	<b>0,00</b>
21. O banco realiza a mensuração dos resultados obtidos com algum tipo de programa e/ou campanha de preservação ambiental?	69	2,73	1,32	2,36	3,08	<b>0,02</b>
22. O banco expõe publicamente seus compromissos ambientais por meio de material institucional, pela internet/intranet, ou de alguma outra forma?	69	3,34	1,14	2,93	3,72	<b>0,00</b>
Valid N (listwise)	69					

Fonte: Pesquisa de campo

### 4.1.3 ATITUDE

Depois de percebida, a responsabilidade socioambiental há de formar as crenças individuais dos funcionários, transformando-se em intenção de uma ação futura, chamada de atitude. Silva et al. (2016) relata que a atitude nada mais é do que a vontade do indivíduo manifestada por meio de seus valores intrínsecos.

Nesse aspecto, o estudo investigou a compreensão dos respondentes acerca do tema e a forma provável de posicionamento, frente aos dilemas socioambientais existentes no ambiente de trabalho.

O bloco avaliou um grupo de atitudes dos colaboradores em relação às práticas socioambientais dos bancos. Nessa avaliação, a atitude dos colaboradores se mostrou satisfatória, de forma geral, ressaltando a teoria de Santos e Souza (2013), de que a atitude dos funcionários pode ser influenciada pela RSE, por meio do envolvimento destes com a organização, tornando-a impulsionadora de mudanças de atitudes de seus colaboradores, decorrentes de suas práticas.

Dentre os itens avaliados, o que apresentou um índice insatisfatório no bloco, corresponde à concepção de que os colaboradores não executam profissionalmente tarefas prejudiciais ao meio ambiente. Este foi um item controverso, por apresentar duas vertentes: a de que o colaborador se recusa a realizar a atividade por ser prejudicial ao meio ambiente; e a de que o Banco não possui atividades prejudiciais ao meio ambiente. Ambas são concebíveis, visto que trata-se da concepção de cada entrevistado na pesquisa de campo. Todavia, sabe-se que muitas das atividades desenvolvidas pelas organizações são tão necessárias quanto prejudiciais ao meio ambiente, o que gera uma cobrança para a realização de uma contrapartida à sociedade e ao meio ambiente. No entanto, investigar se as atividades desenvolvidas dentro do banco, são ou não, nocivas ao meio ambiente não era o objetivo da pesquisa.

Dessa forma, acredita-se que em muitas das atividades desenvolvidas por bancários, seja de Instituições públicas ou privadas, não se tem conhecimento do quão estas podem ser prejudiciais ao meio ambiente, o que pode causar uma falsa idéia de que sua rotina profissional não contribua para a degradação do planeta. Essa situação traz a tona a necessidade de estudos mais profundos no âmbito da sustentabilidade em todos os níveis organizacionais, nos aspectos incorporados cultural e comportamental, conforme preconizou Beuron et al. (2014)

O item com apontamento mais satisfatório no bloco, diz respeito à preocupação individual com a preservação do meio ambiente, onde ambas as Instituições obtiveram resultados similares.

O único item em que houve distinção considerada das médias obtidas por meio do SSPS, com resultado favorável aos Bancos privados, foi o que diz respeito à crença de que o banco em que se atua é responsável ambientalmente.

A tabela 5 apresenta as médias aferidas na análise da atitude dos entrevistados, obtidas por meio do SSPS.

**Tabela 5** – Atitude apresentada pelos funcionários das Instituições Financeiras frente à Responsabilidade socioambiental

Proposições fornecidas: 1- Discordo totalmente, 2- Discordo, 3-Indiferente, 4- Concordo, 5- Concordo totalmente.	N	Média geral	Desvio Padrão	Média Pública	Média Particular	Teste T (p)
23. Sei o que é sustentabilidade ambiental.	69	4,23	0,59	4,18	4,27	0,50
24. Acredito que o banco no qual trabalho é responsável ambientalmente.	69	3,88	0,73	3,69	4,05	<b>0,04</b>
25. Me preocupo com a preservação do meio ambiente.	69	4,36	0,54	4,36	4,36	0,98
26. Executo profissionalmente, tarefas prejudiciais ao meio ambiente.	69	2,68	1,14	2,69	2,66	0,91
27. Acredito ser co-responsável pelos possíveis danos ambientais causados pelo banco em que trabalho.	69	3,05	1,16	3,12	3,00	0,66
28. Evito desperdícios no ambiente de trabalho.	69	4,17	0,70	4,06	4,27	0,20
29. Oriento outras pessoas para a preservação ambiental no trabalho.	69	3,59	1,01	3,36	3,80	0,07
30. Preocupo-me com a coleta seletiva de materiais dentro do banco.	69	3,53	1,09	3,36	3,69	0,21
Valid N (listwise)	69					

Fonte: Pesquisa de campo

#### 4.1.4 COMPORTAMENTO

A avaliação sobre determinado fator, formam os valores, os quais determinam os comportamentos. Se for efetivada uma avaliação positiva acerca da responsabilidade socioambiental, colaboradores tendem a empregar comportamentos favoráveis a esta causa, principalmente na execução de suas tarefas diárias.

O comportamento é a ação efetiva de cada indivíduo, atendendo ou não a correspondência de suas atitudes. Dessa forma, o presente bloco foi construído no intuito de



estudar a diferença comportamental entre as Instituições e a postura de cada colaborador, por meio de suas ações, frente à responsabilidade socioambiental.

O item que se apresentou menos favorável dentro do bloco foi referente à separação do lixo orgânico do lixo comum no ambiente de trabalho, onde os colaboradores de ambas Instituições se mostraram pouco praticantes do comportamento.

Em contrapartida, um comportamento altamente apresentado por estes, também em ambas Instituições foi o ato de desligar o computador após o término do expediente de trabalho.

Os colaboradores dos Bancos particulares se destacaram em quatro dos itens avaliados, sendo eles: o ato de desligar a luz ao sair de um ambiente em que não haja outras pessoas; o aproveitamento da iluminação natural dos ambientes; evitar o desperdício de água nas dependências da Instituição; e a contribuição com sugestões que possam melhorar o desempenho ambiental dos bancos.

Sendo os três primeiros itens traduzidos em custos para a unidade de atuação de cada colaborador, tem-se uma conotação ambiental e econômica nestes fatores, principalmente nas Instituições Privadas.

A tabela 6 apresenta médias relativamente altas quanto ao comportamento dos funcionários. Este pode ser um aspecto que ratifica o pensamento de Santos e Souza (2013), quando afirmam que a valorização das práticas de Responsabilidade Social Empresarial, por parte dos funcionários, favorece a intenção de comprometimento por parte destes, projetando um comportamento favorável à RSE.

**Tabela 6** – Comportamento apresentado pelos funcionários das Instituições Financeiras frente à Responsabilidade socioambiental

Proposições fornecidas: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Às vezes, 4- Frequentemente, 5- Sempre.	N	Média Geral	Desvio Padrão	Média Pública	Média Particular	Teste T (p)
31. Você reutiliza papel impresso em apenas um dos lados na execução de suas atividades?	69	3,33	1,22	3,21	3,44	0,43
32. Você configura sua impressora para a impressão de frente e verso na folha?	69	4,15	1,15	4,27	4,05	0,44
33. Você desliga seu computador após o expediente?	69	4,63	0,87	4,72	4,55	0,41
34. Você desliga o monitor do computador de trabalho quando o mesmo não está em uso?	69	3,79	1,44	4,00	3,61	0,26
35. Você desliga as luzes ao sair de um ambiente do banco em que não haja outras pessoas?	69	4,36	1,05	4,06	4,63	<b>0,02</b>
36. Você aproveita a iluminação natural dos ambientes na instituição?	69	3,13	1,40	2,69	3,52	<b>0,01</b>

37. Você evita o desperdício de água nas dependências do banco?	69	4,36	0,87	4,09	4,61	<b>0,01</b>
38. Você separa o seu lixo orgânico do lixo reciclável em seu ambiente de trabalho?	69	2,81	1,38	2,75	2,86	0,75
39. Você faz uso consciente do material de expediente?	69	4,21	0,82	4,15	4,27	0,52
40. Você contribui com sugestões que possam melhorar o desempenho ambiental do banco?	69	2,84	1,31	2,48	3,16	<b>0,03</b>
Valid N (listwise)	69					

Fonte: Pesquisa de campo

Sobre o apontamento do maior dificultador da implementação de práticas sustentáveis dentro das agências bancárias, o item *Falta de suporte/programas para tais práticas* teve maior apontamento nas Instituições privadas, com 15 marcações; seguido pelos itens *Falta de comprometimento da equipe* e *Falta de orientação e treinamento por parte dos gestores*, com 8 marcações cada um; por último ficou o item *Burocracia*, com 7 pontuações.

Seis dos respondentes marcaram duas opções e quatro deles não marcaram nenhum dos itens disponibilizados.

Nas Instituições Públicas o item *Falta de suporte/programas voltados para tais práticas* obteve 12 marcações; o item *Falta de comprometimento da equipe* 11; o item *Burocracia* teve 9; e por fim o item *Falta de orientação e treinamento por parte dos gestores*, teve 8 marcações.

Dois respondentes marcaram todas as opções, um não marcou nenhuma e dois marcaram duas opções.

Dessa forma, ambas as Instituições devem se atentar em especial, para o suporte oferecido e para e os programas instituídos nas agências que prezem pela preservação ambiental.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após longos anos de depreciação do planeta, surge meio que tardiamente a perspectiva de que estamos ultrajando o nosso habitat. Diante dessa tomada repentina de consciência da conduta humana, resta a esperança na propagação do consumo responsável para que efeitos indesejados no meio ambiente possam ser retrocedidos.

Esse ímpeto por mudanças deu origem ao presente estudo, sobre Responsabilidade Social Corporativa no contexto bancário, após a percepção da carência de análises nesse setor.

Por ver a Instituição financeira como co-responsável pelo direcionamento dado pelas empresas dos valores advindos de empréstimos, pelo pouco empenho percebido nas políticas sustentáveis para o público interno dos bancos, e pela criação de diversas medidas regulamentadoras na área bancária, o estudo era de relevância para o setor.

O acompanhamento na percepção de políticas socioambientais implementadas dentro das agências e a comparação entre comportamentos de diferentes Instituições na execução das atividades diárias, revelou que as Agências bancárias de Instituições privadas se apresentam mais próximas de um resultado positivo no âmbito da Responsabilidade Socioambiental.

Observou-se ainda com o estudo, a percepção da existência de políticas que visem à sustentabilidade ambiental, por parte de seus funcionários, mas não foi notório os mecanismos que assegurassem a internalização destas pelos colaboradores.

Há uma infinidade de ferramentas disponíveis para uma atuação consciente na execução das rotinas exigidas, recaindo sobre as Instituições a responsabilidade de aprimorarem seus programas e envolverem em maior grau seus colaboradores, visto que os resultados ressaltam uma consciência ambiental em formação no público entrevistado.

Tanto o nível de conhecimento quanto a percepção que os funcionários apresentaram da Instituição no aspecto da Responsabilidade Social Ambiental, foram satisfatórios, com possibilidade de melhores performances.

No comparativo entre os dois perfis Institucionais pesquisados, a Instituição Financeira Privada se mostrou, de forma geral, com melhores resultados, desde a percepção até o comportamento.

O estudo respondeu ao objetivo inicial do trabalho, apesar da percepção de que os maiores limitadores da pesquisa foram fatores externos de difícil acesso. Dentre eles, destacam-se o desinteresse em responder pesquisas científicas por parte do público alvo; a indiferença existente ao tema abordado; a possível falta de compromisso com a veracidade

das respostas; e, principalmente, a crença de que a pesquisa não agregará resultados ao cotidiano bancário.

Todavia, a elaboração deste, despertou outras questões que podem ser contempladas em estudos futuros:

- os programas instituídos nas Instituições bancárias, quais são eles, como eles funcionam, quais suas abrangências;
- a influência que a conduta ambiental de colaboradores pode exercer na prospecção e retenção de clientes;
- levantamento do impacto ambiental que as atividades bancárias causam;

Certamente, o presente estudo não trará todas as respostas necessárias para as Instituições estudadas, mas esse foi sem dúvidas, um passo em busca do aprimoramento necessário às mesmas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tatiana Aquino; SILVA, Jandeson Dantas da; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Responsabilidade Social Corporativa e a influência de aspectos do Ambiente Institucional: uma análise do setor bancário brasileiro**. Revista Universo Contábil, Blumenau, V. 11, N. 4, p.44-62, out/dez 2015. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/5007/pdf>>. Acesso em: 21 mai 2016.

ANDRADE, Taís de; COSTA, Vívian Flores; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros, LENGLER, Leticia. **Valores do Trabalho e Satisfação como Antecedentes dos Comportamentos de Cidadania Organizacional: um Estudo com Colaboradores do Setor Educacional**. EnANPAD, XXXIX Encontro da ANPAD, Belo Horizonte, p. 1-16, set 2015.

ARAÚJO, Ádria de Azevedo; BEZERRA, Tereza Maria Pereira; CARPIO, Haydy Soraya Urday Del; SANTOS, Sarah Nair Nascimento dos; FRANÇA, Patrícia Auxiliadora Ribeiro de; GUIMARÃES, Maria da Glória Vitório. **O sistema de gestão ambiental como impulsionador da educação ambiental: um estudo de caso em uma empresa do pólo industrial de Manaus (PIM) a partir da percepção de seus colaboradores**. Revista Monografias Ambientais – REMOA. V. 13, N. 4, p. 3580-3590, set-dez 2014.

BAGNOLO, Carolina Messori. **Empresariado e Ambiente: algumas considerações sobre a educação ambiental no espaço escolar**. Ciência & Educação, Mogi Mirim/SP, V. 16, N. 2, p. 401-413, 2010.

BEURON, Thiago Antonio; MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama; ÁVILA, Lucas Veiga; GALVÃO, Franciani Fernandes; SCHUCH JR., Vitor Francisco. **Uma análise dos valores organizacionais sob a perspectiva da sustentabilidade: contribuições a partir da percepção dos empregados**. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis, V.3, N. 1, p. 165, abr/set 2014.

BLANK, Dionis Mauri Penning; BRAUNER, Maria Claudia Crespo. **A Responsabilidade Civil Ambiental das Instituições Bancárias pelo risco Ambiental Produzido por Empresas Financiadas**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, Brasil, V. 22, p. 261-275, jan/jul 2009. Disponível em: < <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/2827>>. Acesso em: 12 jun 2016.

BRAGA, Claudia Oliveira da Silva; MOURA, Alexandrina Saldanha Sobreira de. **Protocolo Verde: a realidade da sustentabilidade ambiental nas instituições financeiras no Brasil**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas, São Luiz do Maranhão, agos 2016. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/protocolo-verde-a-realidade-da-sustentabilidade-ambiental-nas-instituicoes-financeiras-no-brasil>>. Acesso em: 06 agos 2016.

BRANDALISE, Loreni Teresinha; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. **Instrumentos de Medição de percepção e comportamento – uma revisão**. Revista Ciênc. Empres. UNIPAR, Umuarama, V.14, N.1, p. 7-34, jan/jun 2013.

CAMPOS, Adriana; ARDISSON, Daniel Piovanelli. **Por uma Nova Concepção Jurídica de Empresa no Marco da Sociedade do Risco: do lucro inconseqüente à responsabilidade socioambiental**. Sequência, Florianópolis, N. 64, p. 85-104, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CMMAD, Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRUVINEL, Elvira. **Responsabilidade social em Instituições Financeiras: a institucionalização da prática nos bancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DIAMOND, Jared M. **Colapso**. Tradução de Alexandre Raposo. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FEITOSA, Maria José da Silva; SOUZA, Natália Mary Oliveira; SANTOS, Raiane da Silva; FIRMO, Luciene Alencar. **Estágio de desenvolvimento da Responsabilidade Social Empresarial no setor Bancário: um estudo em uma Agência do Banco do Brasil.** Revista Metropolitana de Sustentabilidade – RMS, V.4, N. 3, p. 15-27, set/dez 2014.

FREITAS, Daniele Oliviera; SENNA, Ana Júlia Teixeira; ALVES, Ricardo Ribeiro. **Percepção dos funcionários sobre a Educação Ambiental nas Escolas Estaduais do Município de São Gabriel – RS.** Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET/UFMS. V. 8, N. 8, p. 1670-1679, set/dez 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/6318/pdf> >. Acesso em: 18 set 2016.

GARCIA, Katia Cristina; TEIXEIRA, Marcello Goulart; ALVES, Cristiano da Costa; ALVES, Rex Nazaré. **Concepção de um modelo matemático de avaliação de projetos de responsabilidade social empresarial (RSE).** Gestão & Produção, São Carlos, V. 14, N. 3, p. 535-544, 2007.

IPIRANGA, Ana Silvia Rocha; GODOY, Arilda Schmidt; BRUNSTEIN, Janette. **Introdução.** RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, V. 12, N. 3, p. 13-20, maio/junho 2011. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=1678-697120110003&script=sci\\_issuetoc](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=1678-697120110003&script=sci_issuetoc) > Acesso em: 03 jun 2016.

KELM, Martinho Luis; RENZ, Cíntia Lisiane da Silva; ALLEBRANDT, Sérgio Luís; SAUSEN, Jorge Oneide. **Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional.** Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, V.12, Edição especial, p.401-415, ago 2014.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Tradução de Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 720 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do Crescimento: Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade.** Tradução de Inês M. F. Litto. 2. ed. Editora Perspectiva. 1978.

MEDEIROS, Maria do Socorro Bezerra. **Gestão ambiental e sustentabilidade: um estudo de caso na agência do Banco do Brasil de Alagoa Nova/PB.** 21 ed. Campina Grande: CIPE, 2012. 48p.

NALESSO, Andréia Chaves; STIPP, Daniel Marasquini; RAMOS, Marlos Vinicius Oliveira; SOUZA-DE-GODÓI, Edileusa. **Responsabilidade Socioambiental: Valor ou Artefato da Cultura? Análise da Percepção dos Colaboradores Empresariais.** ANPAD, IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Brasília, p. 1-3, nov 2013.

NEIVA, Elaine Rabelo; PAZ, Marai das Graças Torres da. **Percepção de mudança individual e organizacional: o papel das atitudes, dos valores, do poder e da capacidade organizacional.** R. Adm., São Paulo, V.47, N. 1, p. 22-37, jan/mar 2012.

PARENTE, Tobias Coutinho; PENHA, Emanuel Dheison dos Santos, FISCHER, André Luiz. **Empresas Socialmente Responsáveis são Reconhecidas como tais pelos seus Colaboradores?** EnANPAD, XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, p. 1-16, set 2013.

RODRIGUES, Julianne Dias; MOREIRA, Vinicius Farias; OLIVEIRA, Abdinardo Moreira Barreto de; AGUIAR, Edvan Cruz; BARBOSA, Ohana Trajano. **Comportamento de Consumo Verde: uma análise dos consumidores de Campina Grande.** Revista Brasileira de Administração Científica. Aquidabã, V. 5, N. 1, p. 316-332, jan/jun 2014.

RUFINO, Maria Audenôra; MAZER, Lílian Perobon; MACHADO, Márcia Reis; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. **Sustentabilidade e Performance dos indicadores de rentabilidade e lucratividade: um estudo comparativo entre os bancos integrantes e não integrantes do ISE da BM & FBOVESPA.** Revista Ambiente Contábil – UFRN, Natal-RN, V. 6, N. 1, p. 1-18, jan/jun 2014.



SANTOS, Franco Porto dos; SOUZA, Lucas Barbosa. **Estudo da percepção da qualidade ambiental por meio do método fenomenológico**. Mercator, Fortaleza, V. 14, N.2, p. 57-74, mai/ago 2015.

SANTOS, Jaqueline Guimarães; SOUZA, Natalia Mary Oliveira. **A Influência da Responsabilidade Empresarial no Comprometimento dos Colaboradores: uma compreensão a luz da Teoria do Comportamento Planejado**. ANPAD, IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Brasília, p. 1-16, nov 2013.

SANTOS, Patrick Michel Finazzi; PORTO, Rafael Barreiros. **Responsabilidade ambiental e lealdade de clientes em banco de varejo**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, V. 54, N. 6, p. 606-618, 2014.

SILVA, Anaítes Maria de Moraes; LOPES, Wilza Gomes Reis. **Virtude e Falácias do Marketing Verde e consumo sustentável: a percepção de servidores públicos de Instituições de Ensino em Teresina, Piauí**. REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, V. 8, N. 2, p. 77-91, jul/dez 2014. Disponível em < <http://www.revistarede.ufc.br/revista/index.php/rede/article/viewFile/294/67> > Acesso em 18 set 2016.

SILVA, Íris Pontes; VELOSO, Mariana Nunes; BARROSO, Janayna Arruda; PINTO, Liliane Araújo; TORRES, Elvia Florencio. **Consciência Ambiental Versus as Práticas de Comportamento Pró-Ambiental de Acadêmicos de Graduação**. Revista Gestão.Org, V.14, Edição Especial, p. 59-74, 2016.

SILVA, Telma Domingues da. **Educação Ambiental: a educação para o consumo na sociedade da informação**. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, V. 11, N. 3, p. 563-584, set/dez 2011.

SILVA, Valéria Paraguaia. **Consciência Ambiental e atitudes em prol do Meio Ambiente – um Estudo na cidade de Goiânia**. Goiânia, 2013. Dissertação ( Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional). Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2013.

TAMASHIRO, Helenita Rodrigues da Silva; MURARI, Wandrey Antonio; OLIVEIRA, Sônia Valle Walter Borges de; ACEVEDO, Claudia Rosa. **Comportamento socioambiental do consumidor: um estudo com universitários do interior paulista**. Produção, São Paulo, V. 22, N. 2, p. 201-212, mar/abr 2012.

VACCARI, Lara Coelho; COHEN, Marcos; ROCHA, Angela Maria Cavalcanti da. **O Hiato entre Atitude e Comportamento Ecologicamente Conscientes: Um Estudo com Consumidores de Diferentes Gerações para Produtos Orgânicos**. Revista Gestão.Org, V. 14, Edição Especial, p. 44-58, 2016.

VÉRAS, Marcelo Lima. **Avaliação do Estágio de Desenvolvimento da Responsabilidade Social no Banco Central do Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

**SITES**

<http://isebvmf.com.br/?r=site/conteudo&id=1>. Acesso em 27 set 2016.

[http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Palestra\\_SF04062013\\_Furlani.pdf](http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Palestra_SF04062013_Furlani.pdf).

Acesso em 16 ago 2016.

[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48734/Res\\_4327\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48734/Res_4327_v1_O.pdf). Acesso em 29 set 2016.

<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Res&ano=2014&numero=4327>. Acesso em 29 set 2016.

[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res\\_3545\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res_3545_v1_O.pdf). Acesso em 29 set 2016.

[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res\\_4327\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf). Acesso em 06 ago 2016.

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839945.pdf>. Acesso em 29 set 2016.

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>. Acesso em 15 jan 2017.

<http://www.ftse.com/products/indices/FTSE4Good>. Acesso em 27 set 2016.

[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Carta\\_Mundial\\_para\\_Natureza](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Carta_Mundial_para_Natureza). Acesso em 10/07/2016.

<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>. Acesso 29 set 2016.

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em 17 jul 2016.

<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>. Acesso em 03 jun 2016.

<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>. Acesso em 17 jul 2016.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm). Acesso em 29 set 2016.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 18 ago 2016.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em 06 ago 2016.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm). Acesso em 29 set 2016.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm). Acesso em 29 set 2016.

## **ANEXOS – PRINCÍPIOS**

### Carta Mundial para a Natureza:

1. A Natureza deve ser respeitada e seus processos essenciais não devem ser prejudicados.

2. A viabilidade genética sobre a Terra não deve ser comprometida; os níveis populacionais de todas as formas de vida, selvagens e domesticados, deve ser pelo menos suficiente para a sua sobrevivência, e para este fim habitats necessários devem ser salvaguardados.

3. Todas as áreas do planeta, terra e mar, estão sujeitas a estes princípios de conservação; proteção especial deve ser dada as áreas exclusivas, a amostras representativas de todos os diferentes tipos de ecossistemas e a habitats de espécies raras ou ameaçadas de extinção.

4. Ecossistemas e organismos, bem como a terra, recursos marinho e atmosféricos que são utilizados pelo homem, devem ser geridos para alcançar e manter a produtividade ótima sustentável, mas de tal forma que não coloque em risco a integridade dos outros ecossistemas ou espécies com as quais eles coexistir.

5. A Natureza deve ser protegida contra a degradação causada pela guerra ou outras atividades hostis.

### Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB:

Os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de Direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

### Convenção sobre mudança do clima:

1. As Partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras da humanidade com base na equidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades. Em decorrência, as Partes países desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e a seus efeitos.

2. Devem ser levadas em plena consideração as necessidades específicas e circunstâncias especiais das Partes países em desenvolvimento, em especial aqueles particularmente mais vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, e das Partes, em especial Partes países em desenvolvimento, que tenham que assumir encargos desproporcionais e anormais sob esta Convenção.

3. As Partes devem adotar medidas de precaução para prever, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima e mitigar seus efeitos negativos. Quando surgirem ameaças de danos sérios ou irreversíveis, a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar essas medidas, levando em conta que as políticas e medidas adotadas para enfrentar a mudança do clima devem ser eficazes em função dos custos, de modo a assegurar benefícios mundiais ao menor custo possível. Para esse fim, essas políticas e medidas devem levar em conta os diferentes contextos socioeconômicos, ser abrangentes, cobrir todas as fontes, sumidouros e reservatórios significativos de gases de efeito estufa e adaptações, e abranger todos os setores econômicos. As Partes interessadas podem realizar esforços, em cooperação, para enfrentar a mudança do clima.

4. As Partes têm o direito ao desenvolvimento sustentável e devem promovê-lo. As políticas e medidas para proteger o sistema climático contra mudanças induzidas pelo homem devem ser adequadas às condições específicas de cada Parte e devem ser integradas aos programas nacionais de desenvolvimento, levando em conta que o desenvolvimento econômico é essencial à adoção de medidas para enfrentar a mudança do clima.

5. As Partes devem cooperar para promover um sistema econômico internacional favorável e aberto conducente ao crescimento e ao desenvolvimento econômico sustentáveis de todas as Partes, em especial das Partes países em desenvolvimento, possibilitando-lhes, assim, melhor enfrentar os problemas da mudança do clima. As medidas adotadas para combater a mudança do clima, inclusive as unilaterais, não devem constituir meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou restrição velada ao comércio internacional.

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano –  
Declaração de Estocolmo.

Princípio 1

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou

perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

#### Princípio 2

Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

#### Princípio 3

Deve-se manter, e sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.

#### Princípios 4

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Conseqüentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.

#### Princípio 5

Os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização.

#### Princípio 6

Deve-se por fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não se causem danos graves e irreparáveis aos ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.

#### Princípio 7

Os Estados deverão tomar todas as medidas possíveis para impedir a poluição dos mares por substâncias que possam por em perigo a saúde do homem, os recursos vivos e a vida marinha, menosprezar as possibilidades de derramamento ou impedir outras utilizações legítimas do mar.

#### Princípio 8

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.

#### Princípio 9

As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.

#### Princípio 10

Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a obtenção de ingressos adequados dos produtos básicos e de matérias primas são elementos essenciais para o ordenamento do meio ambiente, já que há de se ter em conta os fatores econômicos e os processos ecológicos.

#### Princípio 11

As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as conseqüências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional.

#### Princípio 12

Recursos deveriam ser destinados para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e gastos que pudessem originar a inclusão de medidas de conservação do meio ambiente em seus planos de desenvolvimento, bem como a necessidade de oferecer-lhes, quando solicitado, mais assistência técnica e financeira internacional com este fim.

#### Princípio 13

Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população.

#### Princípio 14



O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar às diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente.

#### Princípio 15

Deve-se aplicar o planejamento aos assentamentos humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito devem-se abandonar os projetos destinados à dominação colonialista e racista.

#### Princípio 16

Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde, a baixa densidade da população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam se aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.

#### Princípio 17

Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais do estado, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente.

#### Princípio 18

Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

#### Princípio 19

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.

#### Princípio 20

Devem-se fomentar em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científicos referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. Neste caso, o livre intercâmbio de informação científica atualizada e de experiência sobre a transferência deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais. As tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento de forma a favorecer sua ampla difusão, sem que constituam uma carga econômica para esses países.

#### Princípio 21

Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.

#### Princípio 22

Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem a zonas fora de sua jurisdição.

#### Princípio 23

Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores preexistentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.

#### Princípio 24

Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito de cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam Ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.

#### Princípio 25

Os Estados devem assegurar-se de que as organizações internacionais realizem um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e no melhoramento do meio ambiente.

#### Princípio 26

É preciso livrar o homem e seu meio ambiente dos efeitos das armas nucleares e de todos os demais meios de destruição em massa. Os Estados devem-se esforçar para chegar logo a um acordo – nos órgãos internacionais pertinentes - sobre a eliminação e a destruição completa de tais armas.

#### Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental - Protocolo Verde:

1 - Financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovam a qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental.

2 - Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos (próprios e de terceiros) e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente.

3 - Promover o consumo sustentável de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos.

4 - Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição.

5 - Promover a harmonização de procedimentos, cooperação e integração de esforços entre as organizações signatárias na implementação destes Princípios.

## APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

### FACULDADES ALVES FARIA – ALFA

Pesquisa sobre o comportamento e a percepção apresentados por servidores de instituições financeiras no processo de adesão às políticas de sustentabilidade: Comparativo entre instituições públicas e privadas.

Este questionário tem por objetivo estudar o comportamento e a percepção de colaboradores de instituições financeiras públicas e privadas acerca das políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

#### QUESTÕES-FILTRO

Você trabalha em Banco? Sim ( ) Não ( )

Qual o tipo de Instituição? Pública ( ) Privada ( )

Percepção dos funcionários sobre a postura responsável ambientalmente das Instituições Financeiras.

1. O banco possui uma política ambiental formal?	Sim ( )	Não ( )
2. Essa política é de conhecimento de todos os servidores?	Sim ( )	Não ( )
3. Ela consta no código de conduta ou nos valores da organização?	Sim ( )	Não ( )
4. O banco possui lixeiras próprias para coleta seletiva?	Sim ( )	Não ( )
5. Possui torneiras e/ou descargas com mecanismo de racionalização no uso de água?	Sim ( )	Não ( )
6. Existe alguma tecnologia/ação que minimize a entrada de materiais de insumo no banco?	Sim ( )	Não ( )
7. O banco possui programas de reciclagem de papel?	Sim ( )	Não ( )
8. O banco tem a preocupação em respeitar o meio ambiente? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )		
9. A missão, a visão e os valores do banco abordam de alguma forma a preservação ambiental do planeta? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )		
10. O banco possui alguma política que visa à reutilização de insumos? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )		
11. O banco disponibiliza informações como políticas internas de preservação ambiental e treina os colaboradores para que possam compreendê-las e aplicá-las? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )		
12. O banco promove palestras ou seminários que incentivam a conscientização ambiental de seus colaboradores? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )		
13. O banco tem a preocupação em difundir e incentivar os colaboradores a adotarem práticas de preservação da natureza? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )		

14. O banco possui mecanismos formais para ouvir, avaliar e acompanhar sugestões e críticas dos colaboradores com o objetivo de agregar novos conhecimentos no aspecto ambiental? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
15. O Banco apóia e incentiva projetos ambientais desenvolvidos pelos funcionários? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
16. O banco se preocupa com a coleta seletiva de materiais? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
17. O banco se preocupa com o desperdício de água e de energia elétrica em suas agências? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
18. O banco realiza gerenciamento do consumo de energia? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
19. O banco se preocupa em utilizar papel reciclado em suas agências? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
20. O banco realiza gerenciamento de impressão/quantidade de papel utilizado? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
21. O banco realiza a mensuração dos resultados obtidos com algum tipo de programa e/ou campanha de preservação ambiental? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
22. O banco expõe publicamente seus compromissos ambientais por meio de material institucional, pela internet/intranet, ou de alguma outra forma? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )

Referente à atitude apresentada pelos funcionários das Instituições Financeiras frente à responsabilidade socioambiental:

23. Sei o que é sustentabilidade ambiental. Discordo totalmente ( ) Discordo ( ) Indiferente ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente ( )
24. Acredito que o banco no qual trabalho é responsável ambientalmente. Discordo totalmente ( ) Discordo ( ) Indiferente ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente ( )
25. Me preocupo com a preservação do meio ambiente. Discordo totalmente ( ) Discordo ( ) Indiferente ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente ( )
26. Executo profissionalmente, tarefas prejudiciais ao meio ambiente. Discordo totalmente ( ) Discordo ( ) Indiferente ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente ( )
27. Acredito ser co-responsável pelos possíveis danos ambientais causados pelo banco em que trabalho. Discordo totalmente ( ) Discordo ( ) Indiferente ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente ( )
28. Evito desperdícios no ambiente de trabalho. Discordo totalmente ( ) Discordo ( ) Indiferente ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente ( )
29. Oriento outras pessoas para a preservação ambiental no trabalho. Discordo totalmente ( ) Discordo ( ) Indiferente ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente ( )
30. Preocupo-me com a coleta seletiva de materiais dentro do banco. Discordo totalmente ( ) Discordo ( ) Indiferente ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente ( )

Referente ao comportamento apresentado pelos funcionários das Instituições Financeiras frente à responsabilidade socioambiental:

31. Você reutiliza papel impresso em apenas um dos lados na execução de suas atividades? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
32. Você configura sua impressora para a impressão de frente e verso na folha? Nunca ( ) Raramente ( ) Às vezes ( ) Frequentemente ( ) Sempre ( )
33. Você desliga seu computador após o expediente?

Nunca ( )	Raramente ( )	Às vezes ( )	Freqüentemente ( )	Sempre ( )
34. Você desliga o monitor do computador de trabalho quando o mesmo não está em uso?				
Nunca ( )	Raramente ( )	Às vezes ( )	Freqüentemente ( )	Sempre ( )
35. Você desliga as luzes ao sair de um ambiente do banco em que não haja outras pessoas?				
Nunca ( )	Raramente ( )	Às vezes ( )	Freqüentemente ( )	Sempre ( )
36. Você aproveita a iluminação natural dos ambientes na instituição?				
Nunca ( )	Raramente ( )	Às vezes ( )	Freqüentemente ( )	Sempre ( )
37. Você evita o desperdício de água nas dependências do banco?				
Nunca ( )	Raramente ( )	Às vezes ( )	Freqüentemente ( )	Sempre ( )
38. Você separa o seu lixo orgânico do lixo reciclável em seu ambiente de trabalho?				
Nunca ( )	Raramente ( )	Às vezes ( )	Freqüentemente ( )	Sempre ( )
39. Você faz uso consciente do material de expediente?				
Nunca ( )	Raramente ( )	Às vezes ( )	Freqüentemente ( )	Sempre ( )
40. Você contribui com sugestões que possam melhorar o desempenho ambiental do banco?				
Nunca ( )	Raramente ( )	Às vezes ( )	Freqüentemente ( )	Sempre ( )

Em sua opinião, o que mais dificulta a implementação de práticas sustentáveis dentro da agência bancária:

- Falta de comprometimento da equipe
- Falta de orientação e treinamento por parte dos gestores
- Falta de suporte/programas voltados para tais práticas
- Burocracia

#### Perfil do respondente

Sexo ( ) Feminino ( ) Masculino	Faixa etária ( ) 18 a 25 ( ) 26 a 35 ( ) 36 a 45 ( ) 46 a 55 ( ) Mais de 56 anos	Renda familiar ( ) até R\$640,00 ( ) de R\$641,00 a R\$1.450,00 ( ) de R\$1.451,00 a R\$2.410,00 ( ) de R\$2.411,00 a R\$4.430,00 ( ) de R\$4.431,00 a R\$8.700,00 ( ) de R\$8.701,00 a R\$20.300,00 ( ) Acima de R\$20.301,00
Cargo ocupado ( ) Técnico Bancário ( ) Caixa ( ) Tesoureiro ( ) Assistente ( ) Supervisor ( ) Gerente ( ) Superintendente ( ) Outros	Nível de escolaridade ( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino superior incompleto ( ) Ensino superior completo ( ) Pós-graduação ( ) Mestrado ( ) Doutorado	Tempo de atuação na Instituição ( ) até 1 ano ( ) de 1 a 5 anos ( ) de 6 a 10 anos ( ) de 11 a 20 anos ( ) acima de 20 anos

Fonte: Andrade et al. (2015), Araújo et al. (2014), Feitosa et al. (2014), Medeiros (2012), Parente et al. (2013), Santos; Souza (2013), Santos; Porto (2014), Silva (2013), Silva; Lopes (2014), Vêras (2009).